

### MESA DIRETORA

#### FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

**FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**  
1ª VICE-PRESIDENTE

**GERSON CHAGAS**  
2º VICE-PRESIDENTE

**FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA**  
3º VICE-PRESIDENTE

**JALSER RENIER PADILHA**  
1º SECRETÁRIO

**REMÍDIO MONAI MONTESSE**  
2º SECRETÁRIO

**ERCI DE MORAES**  
CORREGEDOR GERAL

**MARCELO CABRAL**  
3º SECRETÁRIO

**NALDO DA LOTERIA**  
4º SECRETÁRIO

**GEORGE MELO**  
OUVIDOR GERAL

### Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

#### Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio  
Deputado Flamarion Portela  
Deputado Jalsler Renier  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Chicão da Silveira  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Brito Bezerra

#### Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Remídio Monai

#### Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Célio Wanderley  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço

#### Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Flamarion Portela  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som  
Deputado Coronel Chagas  
Deputado Jânio Xingú  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Soldado Sampaio

#### Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Brito Bezerra  
Deputado Marcelo Cabral

#### Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú  
Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Coronel Chagas

#### Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Ionilson Sampaio  
Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Joaquim Ruiz  
*Suplentes:*  
1º - Deputado George Melo  
2º - Deputado Célio Wanderley

#### Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado Chicão da Silveira

#### Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra  
Deputado Jalsler Renier  
Deputado George Melo  
Deputado Jean Frank  
Deputado Ivo Som

#### Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela  
Deputado Remídio Monai  
Deputado Gabriel Picanço  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Marcelo Natanael  
Deputada Ângela Águida Portella

#### Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Jânio Xingú  
Deputada Aurelina Medeiros  
Deputado Dhiego Coelho

#### Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio  
Deputado Marcelo Cabral  
Deputado George Melo  
Deputado Erci de Moraes  
Deputado Flamarion Portela

#### Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho  
Deputado Ivo Som  
Deputado Mecias de Jesus  
Deputado Naldo da Loteria  
Deputado Remídio Monai

<b>SUMÁRIO</b>	<b>Atos Administrativos</b>	
	Resoluções nº 737a 746/2013 - DGP	2
	Resoluções de Afastamentos nº 506/2013	5
<b>Atos Legislativos</b>	Ata da 2222ª Sessão Ordinária na Íntegra	5
	Ata da 2224ª Sessão Ordinária na Íntegra	8

<b>EXPEDIENTE</b>	<b>GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL</b>
	Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR Telefone: (95) 3623-6665
	ELÂNDIA GOMES ARAÚJO Gerente de Documentação Geral
	VICTOR TAVARES PIRO Diagramação

**MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES**

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

## ATOS ADMINISTRATIVOS

### RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO

#### RESOLUÇÃO Nº 737/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º ALTERAR**, a partir de 1º de agosto de 2013, os vencimentos dos servidores listados em anexo, lotados nos Gabinetes dos Deputados, integrados ao Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 013/2012, de 04 de janeiro/2013, publicada no D.A 1490, que alterou o anexo único da Resolução nº 027/2011, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DA nº 1255.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

1º Secretário

**Deputado Remidio Monai Montessi**

2º Secretário

Anexo da Resolução Alteração nº 737/2013-DGP

Nº	LOTAÇÃO/GABINETE/ DEPUTADOS	NOME	CARGO ANTERIOR	SÍMBOLO ANTERIOR	CARGO ATUAL	SÍMBOLO ATUAL
01	Ionilson Zamparo de Souza	Coroivania dos Santos Fortosa	Ass. Parl.	FG-3	Sec. Parl.	FG-4
02		Claudia Laysa Ruppel	Sec. Parl.	F-8-4	Ass. Parl.	F-8-3
01	Angela Áquila Portella Alves	Alinc Todevasko	Ass. Parl.	FS-4	Ass. Parl.	FS-5
02		Josivaldo da Silva Wanderley	Ass. Parl.	F-8-3	Ass. Parl.	F-8-4
03		Karla Ronelle do S. T. Cardoso	Ass. Parl.	FS-4	Sec. Parl.	FS-4
04		Marciane Lima da Penha	Téc. Leg.	FS-1	Ass. Parl.	FG-4
05		Hedonair Meira de Souza	Sec. Parl.	F-8-5	Sec. Parl.	F-8-4
06	Clayton Chagas	Leilias Paulino da Silva	Ass. Parl.	FS-4	Sec. Parl.	FS-4
02		Maria do Carmo da Voiga Pinto	Ass. Parl.	FS-4	Ass. Parl.	FS-3

#### RESOLUÇÃO Nº 738/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º ALTERAR**, a partir de 1º de agosto de 2013, os vencimentos dos servidores listados em anexo todos já integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

1º Secretário

**Deputado Remidio Monai Montessi**

2º Secretário

Anexo da Resolução Alteração nº 738/2013-DGP

Nº	NOME	CARGO ANTERIOR	SÍMBOLO ANTERIOR	CARGO ATUAL	SÍMBOLO ATUAL
01	Fláudio Pacheco Rosa	Assiste. Especial MD-I	MD-I	Assiste. Especial MD-I	MD-I
02	Raimundo Oliveira dos Santos	Assiste. Especial MD-II	MD-II	Assiste. Especial MD-I	MD-I
03	Maria Irene de Sousa Lima	Ass. Especial MD-I	MD-I	Ass. Especial MD-II	MD-II
04	Maria Neusa Leal Costa	Ass. Especial MD-II	MD-II	Ass. Especial MD-I	MD-I
06	Maurício de Macedo Paes Barreto	Assiste. Especial MD-III	MD-III	Aux. Especial MD-II	MD-II
06	Rafael Miranda de Albuquerque	Ass. Especial MD-II	MD-II	Ass. Parlamentar I	Ass. Parl I
07	Clodemir Cavallito de Oliveira	Assiste. Parlamentar IV	Ass. Parl. IV	Assiste. Parlamentar III	Ass. Parl III
08	Fabiola Moreira Elias	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl V	Assiste. Parlamentar I	Ass. Parl I
09	Francisca Rodrigues Santos	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl V	Assiste. Parlamentar IV	Ass. Parl IV
10	Luanne Nascimento Pontes	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl V	Assiste. Parlamentar II	Ass. Parl II
11	Luis da Costa Amorim	Assiste. Parlamentar IV	Ass. Parl. IV	Assiste. Parlamentar II	Ass. Parl II
12	Marcil Pedreiro da Trindade	Assiste. Parlamentar II	Ass. Parl. II	Assiste. Parlamentar IV	Ass. Parl IV
13	Carlos Eduardo Leite Varela	Cursidenciar Administrativo da Escolas	-----	Assiste. Parlamentar III	Ass. Parl III
14	Dionizir da Roza	Assiste. Parlamentar II	Ass. Parl. II	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl V
15	Getúlio Barbosa Wanderley	Assiste. Parlamentar I	Ass. Parl. I	Assistente Parlamentar III	Ass. Parl III
16	Adriana Maria Silva da Cruz	Assistente Especial	Assit. Esp.	Diretora de Relações Institucionais	Dir. Rel. Inst.
17	Melny Lane Pereira dos Santos	Auxiliar Parlamentar IV	Aux. Parl. IV	Auxiliar Especial MD-III	Aux. Esp. MD-II
18	Renier Soares Rodrigues	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl. V	Auxiliar Parlamentar IV	Aux. Parl. IV
19	Gracy Braga Ferrnandes	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl. V	Assistente Parlamentar III	Ass. Parl III
20	Fabiana da Silva Costa	Assistente Parlamentar III	Ass. Parl. III	Assistente Parlamentar I	Ass. Parl I
21	Cícera Chaves Oliveira	Assistente Parlamentar I	Ass. Parl. I	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl. IV
22	Joaquim Roberto dos Santos	Auxiliar Parlamentar V	Aux. Parl. IV	Assistente Parlamentar I	Ass. Parl I
23	Leydiane Vieira e Silva	Assistente Parlamentar III	Ass. Parl. III	Assessor Parlamentar V	Ass. Parl V
24	Mara Cristina Eduardo Xavier	Trajugrafa	-----	Gerente do Nucleo de Trajografia	-----

#### RESOLUÇÃO Nº 739/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º TRANSFERIR**, os vencimentos dos servidores listados em anexo lotados nos Gabinetes dos Deputados Estaduais, o que dispõe Resolução n.º 013/2012, de 04 de janeiro/2013, publicada no D.A 1490, para a Casa, já integrados ao Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado

no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**  
Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

**1º Secretário**

**Deputado Remidio Monai Montessi**

**2º Secretário**

Anexo à Resolução de Transferência 739/2013-DGP

Nº	LOTAÇÃO/GABINETE/CASA	NOME	CARGO		SIMBOLO
			ANTERIOR	ATUAL	
01	Ângela Âguda Portella Alves/Disp. Ângela	Antônia Nascimento dos Santos	Auxiliar Parl.	Auxiliar Parl.	FS-1 / AU-V
01	Joaquim de Freitas Ruiz/Disp. Joaquim Ruiz	Renata Martins de Melo	Sec. Parl.	Assistente Parl.	FS-1 / AS-IV
01	Marcelo Ferreira Gomes/Disp. Meolias	Wirismar Soares Ramos	Ass. Parl.	Assistente Parl.	FS-2 / AS-II

### RESOLUÇÃO Nº740/2013-DGP

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º TRANSFERIR**, os vencimentos dos servidores listados em anexo lotados a disposição dos Gabinetes dos Deputados Estaduais, o que dispõe Resolução n.º 013/2012, de 04 de janeiro/2013, publicada no D.A 1490, para a Casa, já integrados ao Quadro de Pessoal, de conformidade que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

**1º Secretário**

**Deputado Remidio Monai Montessi**

**2º Secretário**

Anexo à Resolução de Transferência 740/2013-DGP

Nº	LOTAÇÃO/DISP. GABINETE/CASA	NOME	CARGO		SIMBOLO
			ANTERIOR	ATUAL	
01	Gabinete da Presidência/Disp. Chico Guerra	Marcelo Vinícius Souza dos Santos	Ass. Parl.	Assistente Parl.	AS-II
		Filinto Januário Carlos	Ass. Parl.	Assistente Parl.	AS-III
02	Disp. Ângela/Escolégia	Giordana de Lima Reis	Assist. Parl.	Assistente Parl. III	AS-III
		Miria Panta da Silva	Aux. Parl.	Assistente Parlamentar IV	AS-IV
		Miriam Roselo Silveira Poduroso	Aux. Parl.	Gerente de Coordenação Administrativa Escolégia	—
		Adriana de Oliveira da Silva	Assist. Parl.	Assistente Parl.	AS-V
		Adriana Leticia do Souza	Aux. Parl.	Assistente Parl.	AU-II
		Juscilino Maria dos Santos	Aux. Parl.	Auxiliar Parl. Auxiliar Parl.	AU-V
03	Carência de Desenvolvimento do Pessoal/Disp. Meolias	Marilene Octavio Meyer	Assist. Parl.	Assessor Parlamentar II	AS-II

### RESOLUÇÃO Nº741/2013-DGP

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º TRANSFERIR**, os vencimentos dos servidores listados em anexo lotados na Casa que dispõe a Resolução nº 009/2011, de 22 de Julho de 2011, publicado no Diário da ALE nº 1150 de 26/07/2011, para lotação nos Gabinetes dos Deputados Estaduais, já integrados ao Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 013/2012, de 04 de janeiro/2013, publicada no D.A 1490.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos a partir de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

**1º Secretário**

**Deputado Remidio Monai Montessi**

**2º Secretário**

Anexo à Resolução de Transferência nº 741/2013-DGP

Nº	LOTAÇÃO/CASA/GABINETE	NOME	CARGO ANTERIOR	SÍMBOLO	CARGO ATUAL	SÍMBOLO
01	Disp. Jalser Renier Padilha/Gab. Jalser	Eliuce Sousa Marinho	Auxiliar Parl.	AU-V	Secretário Parl.	FS-1

### RESOLUÇÃO Nº742/2013-DGP

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º EXONERAR**, a partir de 31 de julho de 2013, os servidores listados no anexo desta resolução todos lotados nos gabinetes, já integrantes do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 013/2012, de 04 de janeiro de 2013, publicada no DA nº 1490 de 04/01/2013.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 31/07/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

**1º Secretário**

**Deputado Remidio Monai Montessi**

**2º Secretário**

### Anexo a Resolução de Exoneração nº742/2013

ORDEM	FUNÇÃO	PARCIAL	LOTAÇÃO GABINETE/DEPUTADO	NOME	FUNÇÃO GRAT.	SÍMBOLO
001	001		Francisco de Sales Guerra Neto	Antônio Alves dos Santos	Secretário Parlamentar	FS-1
001	002		Jalser Renier Padilha	Antônio Lima Ferreira	Secretário Parlamentar	FS-4
002	002			Christiano Pontes Thomé	Assessor Parlamentar	FS-3
001	002			Ionilson Sampaio de Souza	Técnico Legislativo	FS-1
001	002			Marcelo Mota de Macedo	Auxiliar Parlamentar	FS-4
002	002			Ilharynara Carvalho Cunha	Auxiliar Parlamentar	FS-5
001	001		Francisco Flamarion Portella	Ademar Nelson Santos de Souza	Auxiliar Parlamentar	FS-5
001	002		Ângela Âguda Portella Alves	Gessio Cunha Reis	Secretário Parlamentar	FS-1
002	002			Rahiza Naterra de Souza Andrade	Assessor Parlamentar	FS-2
001	001		George do Silva Melo	Raimundo I Ferreira dos Santos	Secretário Parlamentar	FS-4
001	001		Clerson Chagas	Richele Kristinny Peixoto Maranhão	Auxiliar Parlamentar	FS-5
001	001		Marcelo Ferreira Gomes	Aline Moraes Monteiro	Secretário Parlamentar	FS-5
002	002			André Rodrigo Carneiro da Silva	Auxiliar Parlamentar	FS-4
003	003			André Vinícius de Silva Cavallari	Assessor Parlamentar	FS-3
004	004			Elaine Oliveira Souza	Auxiliar Parlamentar	FS-1
005	005			Francisco José Chagas Pinheiro Oliveira	Auxiliar Parlamentar	FS-3
006	006			Itamar Lima I alcão	Auxiliar Parlamentar	FS-5
007	007			Josele Lima dos Santos	Assessor Parlamentar	FS-1
008	008			Maris do Perpetuo Socorro da Silva Trave	Auxiliar Parlamentar	FS-4
009	009			Marilene Lopes de Araújo	Auxiliar Parlamentar	FS-4

### RESOLUÇÃO Nº743/2013-DGP

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

#### RESOLVE

**Art. 1º EXONERAR** em 31 de julho de 2013, os servidores listados em anexo onde exerceram os Cargos Comissionados, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 009/2011, de 22 de Julho 2011, publicado no Diário da Assembleia nº 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2º** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos de 31/07/2013.

Palácio Antonio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

**1º Secretário**

**Deputado Remidio Monai Montessi**

**2º Secretário**

**Anexo da Resolução de Exoneração n° 743/2013**
**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-I**

Manuela Ferreira de Mesquita

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-III**

Jeany de Almeida Santos

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-IV**

Natália Menezes Leão Costa

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-V**

Eliezio Ribeiro Paiva

Kezia da Silva Velnecker

Marcio Oliveira Pires de Sousa

Roanne Joanyce Portela de Souza

**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-I**

José de Oliveira Filho

**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-II**

Francisca Elene Leal de Sousa

Nerlene Furtado de Amorim

Jarlane da Silva Leite

**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-IV**

José Valdo Pereira Felix

**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-II**

Maria do Socorro Pinheiro de Carvalho

**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-IV**

Vaudirene Soares Sampaio

**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-V**

Camila de Oliveira Sousa

Rosinaldo Araújo Félix de Jesus

José de Arimatéia Magalhães e Silva

**Cargo Comissionado de Auxiliar Especial da Mesa Diretora AE-I**

Jose Maria Rocha Junior

**Cargo Comissionado de Assistente Especial da Mesa Diretora AE-I**

Camila Albuquerque Correia de melo

Francisca Marques Bezerra

**Cargo Comissionado de Assistente Especial da Mesa Diretora AE-III**

Samya Skarff Marques Moreira

**RESOLUÇÃO N° 744/2013-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1° EXONERAR** em de 2 de julho de 2013, por motivo de falecimento a servidora **Maria Francinete Nascimento de Souza**, do Cargo em Comissão de Assistente Especial, integrante do Quadro de Pessoal, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 009/2011, de 22 de Julho 2011, publicado no Diário da Assembléia n° 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos de 2/07/2013.

Palácio Antonio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO**

Presidente

**Deputado JALSER RENIER PADILHA**

1° Secretário

**Deputado REMIDIO MONAI MONTESSI**

2° Secretário

**RESOLUÇÃO N° 745/2013-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1° NOMEAR**, a partir de 1° de agosto de 2013, os servidores listados em anexo para exercerem os Cargos Comissionados, lotados nos Gabinetes dos Deputados Estaduais de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º13/2012, de 04 de janeiro/2013, publicada no D.A 1490, que alterou o anexo único da Resolução n° 027/2011, de 30 de dezembro de 2011, publicada no DA ° 1255.

**Art. 2°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos de 1/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

1° Secretário

**Deputado Remidio Monai Montessi**

2° Secretário

**Anexo da Resolução de Nomeação n°745/2013-DGP**

ORDEM GERAL	PARCIAL	LOTAÇÃO GABINETE/DEPUTADO	NOME	CARGO GRAT.	SÍMBOLO
001 002	001 002	Antônio Meças Pereira de Jesus	João Barra de Oliveira	Assessor Parl.	FS-2
001	001	Francisco de Sales Guerra Neto	Aluizio Amílcar Sayol de Sá Peixoto	Secretário Parl.	FS-4
001 002 003 004	001 002 003 004	Jalser Renier Padilha	Elsângela Nunes Batista Francisco Alves dos Santos Larah Yasmin Matte Batista Vicente da Silva Lima	Técnico Leg. Secretário Parl. Técnico Leg. Técnico Leg.	FS-1 FS-4 FS-1 FS-1
001	001	Ionilson Sampaio de Souza	Anabelle Jeniffer Garcia Alves	Técnico Leg.	FS-1
001	001	Marcelo Mota de Macedo	Manilte Pedroso	Auxiliar Parl.	FS-4
001	001	Francisco Flamarion Portela	Caio de Medeiros Porto	Auxiliar Parl.	FS-5
001 002 003	001 002 003	Angela Águida Portella Alves	Patrícia Lima da Costa Gois Rafael Lima Monteiro Vilany de Souza Andrade	Secretário Parl. Auxiliar Parl. Assessor Parl.	FS-1 FS-3 FS-2
001	001	George da Silva Melo	Francisca Araújo Pereira	Secretário Parl.	FS-4
001 002 003 004 005	001 002 003 004 005	Geerson Chagas	Ana Conceição Araújo Esterfeson Vasconcelos da Lima Jaime Constantino Gomes Jocilene Pereira Carvalho Márcia Silva de Araújo	Auxiliar Parl. Auxiliar Parl. Auxiliar Parl. Auxiliar Parl. Auxiliar Parl.	FS-5 FS-2 FS-1 FS-1 FS-1
001 002 003	001 002 003	Marcelo Ferreira Gomes	Andrea de Castro Mateus Cícero dos Santos Batista Cleodomhara Castro Gomes Hugo Rodrigo Gomes Moura Israel Fiorimino Rosineide das Chagas Lopes	Assessor Parl. Assessor Parl. Assessor Parl. Assessor Parl. Assessor Parl.	FS-4 FS-2 FS-2 FS-3 FS-4 FS-4

**RESOLUÇÃO N°746/2013-DGP**

**A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA**, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

**RESOLVE**

**Art. 1° NOMEAR** a partir de 1° de agosto de 2013, os servidores listados em anexo para exercerem os Cargos Comissionados, integrante do Quadro de Pessoal desta Casa Parlamentar, de conformidade com o que dispõe a Resolução n.º 009/2011, de 22 de Julho 2011, publicado no Diário da ASSEMBLEIA n° 1150 de 26/07/2011.

**Art. 2°** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros retroativos de 01/08/2013.

Palácio Antônio Martins, 30 de agosto de 2013.

**Deputado Francisco de Sales Guerra Neto**

Presidente

**Deputado Jalser Renier Padilha**

1° Secretário

**Deputado Remidio Monai Montessi**

2° Secretário

**Anexo da Resolução de Nomeação n° 746/2013**
**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-II**

Crislane da Silva Oliveira

Jeferson Alves

Paulo Junio de Oliveira Serra

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-III**

Leonardo Batista Jones

Elieides Gama dos Reis

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-IV**

Marli Alves da Silva

**Cargo Comissionado de Auxiliar Parlamentar AU-V**

Rogênio da Silva Velnecker

Sandy Ellen Barros Moreira

**Cargo Comissionado de Auxiliar Especial da Mesa Diretora AU-I**

Francimar Tomaz Emilliano

**Cargo Comissionado de Auxiliar Especial da Mesa Diretora AU-III**

Domingos Santana Silva

Roldão Almeida Junior

Viru Oscar Friedrich

**Cargo Comissionado de Assistente Especial da Mesa Diretora AE-I**

Carolina Coelho de Albuquerque

Erica Regina Figueira Costa

Lorenna Paola Gomes Zaccarini

**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-I**

Cíntia Ribeiro da Silva

Renato Alves Ferro

**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-II**

Carlos Eber Monteiro Costa

Denevaldo Leal de Souza  
 Iratim Oliveira da Silva Filho  
**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-IV**  
 André Leite de Souza Junior  
 Antonio Revollo Minotto  
 Cidraque Dias da Silva  
 Danise Pereira Alves Silva  
 Deuzilene da Silva Batista  
 Francilene do Vale Viana Azevedo  
 Izaque de Carvalho Ipi  
 Maria Ferreira da Silva  
**Cargo Comissionado de Assistente Parlamentar AS-V**  
 Carmen Juliana de Lima Domingues  
 Laila Gomes de Souza  
 Michel Granjeiro Magalhães  
**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-III**  
 Fernanda Costa e Silva  
**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-IV**  
 Humberto Sacramento dos Santos  
**Cargo Comissionado de Assessor Parlamentar AP-V**  
 Kainne Andrade da Silva

## RESOLUÇÕES DE AFASTAMENTO E SUPRIMENTOS DE FUNDOS

### RESOLUÇÃO Nº 506/2013

A Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 008/09.

#### RESOLVE

**AUTORIZAR** o afastamento do Excelentíssimo Senhor Deputado **JALSER RENIER PADILHA**, para viajar com destino as cidades de Manaus-AM, Brasília-DF e São Paulo-SP, no período de 02.09 a 08.09.2013, com a finalidade de tratar de assuntos inerentes às suas atividades Parlamentares, a serviço deste Poder.

Palácio Antônio Martins, 02 de setembro de 2013

**Deputada FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA**

**Presidenta em Exercício**

**Deputado MARCELO MOTA DE MACEDO**

**3º Secretário**

**Deputado ROSINALDO ADOLFO BEZERRA DA SILVA**

**4º Secretário**

## ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

ATA DA 2222ª SESSÃO EM 01 DE AGOSTO DE 2013.

45º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA  
ORDINÁRIA

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CHICO GUERRA.**  
(Em Exercício)

Às nove horas do dia primeiro de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima nona Sessão Ordinária do quadragésimo quinto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado Naldo da Loteria - Lida a Ata.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica. os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte.

RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO:

Mensagem Governamental nº 040/2013, de 30/07/2013, comunicando o veto parcialmente ao Projeto de Lei nº 028/13, que “Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 2014, e dá outras providências”.

Mensagem Governamental nº 036/2013, de 08/07/2013, comunicando que estará ausentando-se do País, no período de 10 a 18 de julho de 2013, em caráter particular, sem ônus para o Erário Estadual.

Mensagem Governamental nº 037/2013, de 08/07/2013, encaminhando para submeter à apreciação e à arguição o nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAMA.

Mensagem Governamental nº 035/2013, de 02/07/2013, comunicando a nomeação, interinamente, do Dr. Rodolfo Pereira, para exercer o honroso cargo de Diretor-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR.

Mensagem Governamental nº 038/2013, de 17/07/2013, referente à Mensagem Governamental nº 036, de 08/07/2013, para comunicar que a ausência do País, do Governador de Roraima, em viagem de caráter particular, sem ônus para o Erário Estadual, estender-se-á, até o dia 20/07/2013.

Mensagem Governamental nº 039/2013, de 24/07/2013, comunicando que estará se ausentando do País nos dias 24(a partir das 18h) e 25/07/2013, em viagem de caráter oficial, a convite do Governador do Estado Bolívar, senhor Francisco José Rangel Gomez, para participar da XXXVIII Reunião Ordinária de Coordenadores y Alternos Del Foro Consultivo de Municipios, Estados Federados, Provincias y Departamentos del Mercour (FCCR), na cidade de Porto Ordaz, Estado Bolívar, Venezuela.

Ofício nº 63/2013, de 24/07/2013, do Gabinete do Governador, solicitando a retirada da Mensagem Governamental nº 37, de 08/07/2013, que submete à apreciação desta Casa Legislativa o nome do senhor Antonio Leocádio Vasconcelos Filho para exerce o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

RECEBIDOS DOS DEPUTADOS:

Memo nº 0025/2013, de 04/07/2013, do Centro Humanitário de Apoio à Mulher – CHAME, encaminhando o balanço das atividades do 1º semestre de 2013.

Requerimento nº 002/13, de 01/07/2013, da Comissão Especial Externa, criada através da Resolução nº 007/13, alterada pela Resolução nº 015/13, requerendo a prorrogação de prazo por igual período desta Comissão Especial.

Projeto de Decreto Legislativo s/n /2013, de 31/07/2013, do Deputado Coronel Chagas, que concede a comenda Orgulho de Roraima ao 6º Batalhão de Engenharia de Construção- 6º BEC, e dá outras providências.

RECEBIDO DO TRIBUNAL DE CONTAS:

Ofício Circular nº 026/2013, de 19/07/2013, do Tribunal de Contas de Roraima, comunicando a inabilitação pelo prazo de 05 anos para o exercício de cargos em comissão ou função de confiança, no âmbito da Administração Pública, do gestor Zacarias Assunção Ribeiro Araújo.

DIVERSOS:

Ofício nº 0444/2013, de 18/07/2013, da Procuradoria Geral do Estado, informando o êxito na Defesa do Estado de Roraima, em especial desta Casa Legislativa, no bojo da Ação Civil Pública de nº 010. 2010. 908.085-2.

Ofício Circular nº 007-2013/2015, de 18/07/2013, da Confederação da Maçonaria Simbólica do Brasil – CMSB, encaminhando o documento denominado “Posicionamento da Maçonaria Perante o Povo Brasileiro”.

Ofício nº 09/2013, de 03/07/2013, da Seção Sindical de Docentes da Universidade Estadual de Roraima – ANDES-SN, considerando a falta de resposta objetiva aos documentos encaminhados pela SINDUERR, referentes à solicitação de revisão.

Ofício nº 318/2013, de 12/07/2013, do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Roraima, convidando para a solenidade de abertura do 6º Congresso Estadual de Profissionais do CREA-RR, a realizar-se nos dias 17 e 18 de julho de 2013, no Auditório Aipana Plaza.

Ofício nº 553/2013, de 17/07/2013, da Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento, informando celebrações de convênios.

Ofício nº 36/2013, de 27/07/2013, do Tribunal de Justiça, agradecendo o convite para participar do 3º Encontro Nacional de

Presidentes de Comissões Legislativas Estaduais, Promoção e Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, nos dias 15 e 16 de agosto.

Ofício nº 048/2013, de 27/06/2013, da Câmara dos Deputados, informando que o Deputado Lincoln Portela, foi eleito para presidir a Comissão de Legislação Participativa da Câmara dos Deputados – CLP.

Comunicado nº AL102839/2013, de 21/06/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº 538/2013, de 02/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de contrato de Repasse.

Ofício nº 537/2013, de 02/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a celebração de contrato de Repasse.

Ofício nº 533/2013, de 28/06/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº 561/2013, de 15/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando a liberação de recursos financeiros.

Ofício nº 566/2013, de 19/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Ofício nº 555/2013, de 11/07/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Ofício nº 532/2013, de 26/06/2013, da Caixa Econômica Federal, informando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Era o que constava do Expediente, Senhor Presidente. O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado Coronel Chagas – Procedida à chamada.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, quero agradecer a Deus, que é o maior arquiteto do universo, criador de todas as coisas, e a seu filho onipotente Jesus Cristo; aos meus familiares, a minha mãe, a minha esposa, meus irmãos, amigos, amigas, a esta Casa, em nome do Presidente, estender um abraço a todos os Deputados estaduais; e em nome do meu amigo, miúdo, saudar toda as pessoas presentes em Plenário. Quero agradecer a todos os funcionários desta Casa, do mais humilde até a Presidência, a este corpo de trabalhadores, pois se não fossem eles, jamais teríamos o bom funcionamento deste Poder para chegarmos até aqui. Quero agradecer também ao meu grande parceiro, o Secretário de Educação Municipal Rodrigo Jucá, pela confiança, para que eu pudesse retornar a esta Casa, pois, como sempre tenho feito, sou grato às pessoas e, em seu nome, quero saudar toda a sua família.

Deputado Erci de Moraes, quero aqui me dirigir a Vossa Excelência dizendo que foi protocolado na Assembleia Legislativa um documento, dando continuidade àquele ofício que pede o voto aberto, o qual foi assinado pela maioria dos Parlamentares desta Casa. Todavia, alguns Deputados me pediram que fosse mais aprofundado e fui em busca de mais conhecimento. E, estão aqui todas as proposições, todas as emendas de todos os lugares do País onde se legitimou o voto aberto, acabando de vez com o voto secreto. Vou ler um pouco da justificativa e da PEC, pois estive no Estado do Amazonas, com o Presidente Josué Filho, e conversei com quase todos os Parlamentares daquele Estado, bem como com o Presidente que disse: “Por unanimidade, o voto secreto foi extinto da Assembleia Legislativa do Amazonas pelos próprios Deputados no mês passado, em Sessão extraordinária”. E o Presidente Josué Filho disse: “Era uma ansiedade da população”. E, a população está há mais de quinze dias acampada na ALE do Amazonas, devido às reivindicações que ocorreram no Estado, sendo que dois itens atacam o Legislativo. O primeiro, diz respeito à retirada do auxílio paletó dos Deputados, o segundo, exige o voto aberto. São palavras, Deputado, do Presidente da Assembleia de Manaus. E, o voto aberto era também uma reivindicação da maioria dos Deputados, haja vista que, a partir do dia primeiro de agosto, assim que reiniciarem os trabalhos, estará extinto o voto secreto naquela Casa, palavras dos Deputados Fraxe, Francisco, Preto, dentre outros. Em Minas Gerais, a Assembleia Legislativa foi um dos maiores alvos das manifestações no mês de junho. Dos cinquenta e um Deputados, quarenta e oito votaram a favor da extinção do voto secreto e a Lei já foi aprovada e sancionada pela Mesa Diretora. O Jornal o “Correio Brasiliense”, noticiou que o Senado Federal estuda o fim do voto secreto e pede que esta decisão seja votada na primeira semana do mês de agosto. Na Câmara dos Deputados, também estão pedindo o fim do voto secreto, bem como na Câmara Federal, e sigam o exemplo de outras Câmaras brasileiras. Em Fortaleza, também estudam a retomada de discussão, do fim do voto secreto. Isso, Senhor Presidente, mostra que não só a Assembleia Legislativa de Minas, do Amazonas, de Brasília e do Ceará estão pedindo o fim do voto secreto, somam-se já oito Estados da Federação Brasileira que já têm o voto aberto, extinguindo-se o voto secreto em qualquer instância, inclusive, algumas delas até para a escolha do Presidente das Câmaras. Isso mostra que estamos no caminho certo. Alguns Deputados aqui, como o

Deputado Sampaio e o Deputado Ionilson, nos pediram naquele momento, no dia vinte de junho, que nos aprofundássemos e buscássemos conhecimento, para acabarmos com o voto secreto também nesta Casa. Então, Senhor Presidente, pela forma que conduz este Poder, de acordo com toda e qualquer posição que Vossa Excelência toma, não tenho dúvida de que o meu Projeto, esta PEC que dei entrada hoje na Assembleia Legislativa, protocolada e registrada nos Anais desta Casa, e em todas as proposições coloquei todos os Estados que já extinguiram o voto secreto, os modelos, a PEC, a votação nos oito Estados, onde a PEC foi aprovada por unanimidade, segundo matéria publicada na Folha de São Paulo, com base nas manifestações e nos anseios do povo de Roraima, será aprovada e extinguiremos o voto secreto. Acho que nesta Casa nós não teremos dificuldades, que não vai haver empecilho, porque aquele que recebe o voto do povo, recebe um mandato outorgado de quatro anos, uma procuração em branco da sociedade, que confia nos seus Parlamentares, e que tem o direito de saber quando o Deputado vota sim, ou não, em qualquer projeto, indicação ou em qualquer proposição que seja. Eu falei isso pessoalmente ao Josué, do Amazonas, em Brasília, ao Pedro Paim, que é o autor da PEC de mudança do voto secreto no Senado, sendo que há dois anos vem se arrastando esta PEC no Senado Federal. Ele disse que pediu apoio popular, pois precisaria de um milhão de assinaturas e que já tem mais de um milhão. Ele lembrou da questão da renovação da ficha limpa para os parlamentares, saiu na frente, preocupado, para que não fosse a sociedade pedir, como foi feito em um anseio popular sobre a ficha limpa no Brasil. Não tenho dúvidas de que a próxima matéria que a Folha de São Paulo vai divulgar será nove Assembleias que já extinguiram o voto secreto, porque a Assembleia de Roraima será a próxima a tomar tal decisão.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Bom-dia a todos os Deputados, quero desejar a esta Casa que possamos fazer um bom debate, produtivo em benefício da sociedade. Temos que aprovar a resolução do Deputado Mecias, criando a tribuna popular. Vamos democratizar, chamar o povo, ouvir a sociedade. Com o voto aberto, somando-se à tribuna popular, esta Casa estará em grande avanço. Por outro lado, preocupa-me não o discurso, mas a prática. Temos percebido que o voto secreto tem sido uma moeda de troca, uma ferramenta principalmente usada nesta Casa. Isso tem sido claro porque a oposição tem assumido os seus votos, o toma lá da cá. Deputado A, Deputado B, bloco A, bloco C está insatisfeito com o governo e vota contra uma indicação, um projeto do governo através do voto secreto. Essa tem sido única e exclusivamente, o instrumento dado pelo voto secreto. O voto secreto, quando foi criado, tinha um outro objetivo, polpar o Deputado, mas hoje, está servindo de pombo-correio para levar recado. Será que esta Casa está preparada para o voto aberto? Temos visto tramitar aqui, projetos extremamente prejudiciais à sociedade e, muitas vezes, os Deputados da base apoiam. Eu entendo diferente, esse cheque não é dado em branco, pelo menos não para mim. Quando fui eleito, eu firmei um compromisso nas reuniões, nos comícios, nas visitas que eu fiz nas casas de cada eleitor sobre o que eu vinha propor nesta Casa. Mesmo que não fosse um compromisso registrado em cartório, tinha dado minha palavra ao eleitor e tenho procurado atender esse compromisso. Como atuam os nossos colegas Parlamentares? Muitos, nesta Casa, já rejeitaram indicação do governo não pelo mérito, mas simplesmente para dar um recado ao governo, e a prova é tal que o governo, hoje, fez um novo arranjo, tirou o Rodolfo e o colocou na FEMAR e, parece que já houve um entendimento, a base já deu seu recado e está satisfeita. Vai ficar muito complicado, Deputado Ivo Som, aqui no voto aberto, amanhã ou depois, o Senhor Rodolfo que ficou sem as condições devidas para assumir a ADERR, assumir agora a FEMAR, ou será que a base se entendeu, aí nesse momento não vai ter mais voto secreto? Eu acho que, secreto ou não, o que falta é olharmos para trás em cima daquilo que andamos fazendo nas campanhas, nas urnas e, com isso, honrar nosso papel de Parlamentar. Então, para fortalecermos a democracia, sem medo de encarar as nossas obrigações e deveres, nós votamos pelo voto secreto. Por isso peço o apoio de Vossa Excelência e dos demais Deputados para apoiar a Tribuna Popular o quanto antes.

O Senhor Deputado Ivo Som Continua. Obrigado, Deputado Soldado Sampaio pelo seu aparte.

O Segundo ponto seria Projeto Tribuna Popular do Deputado Mecias, e quanto aos nomes de Deputados Governistas, no meu raciocínio, Deputado não tem que se curvar nem ficar à mercê do Governador, ou qualquer que seja o Governador, porque quem lhe dá o Poder é o povo. Vão dizer que o Deputado Ivo Som ficou doído e não sabe o que diz, mas entendo que daqui para frente eu tomo a minha posição. Em conversa com o Deputado Tchê, na UNALE, ele disse que nos mandatos dele, em todas as vezes foi outorgado pelo povo, e que ele não era lagartixa para rastejar atrás de qualquer governo, por isso o voto aberto tem que ser feito. No início da minha fala me reportei ao Deputado Erci pela experiência que ele tem, por ser uma pessoa que sempre aconselhou a todos nós. Agora há pouco, ouvimos o discurso de coragem do Presidente desta Casa, de coração, de um pai, um cidadão, pois

não se curvou. Então, deixe qualquer um pensar que é do lado A ou lado B, porque foi uma posição de Vossa Excelência, e eu, como Deputado desta Casa, e acima de tudo cidadão brasileiro e eleitor deste Estado, tenho que respeitar sua posição, podemos até discordar em pensamentos na hora da discussão, agora, atacar um colega por tomar uma decisão, isso é inadmissível, principalmente quando se trata de família. Então o voto aberto vem para engrandecer este Poder. É como o Deputado Gabriel Picanço falou, aqueles que não têm coragem de votar aberto por causa do benefício, da troca de favor, não se candidatem mais. Vossa Excelência, Deputado Sampaio, disse que firmou compromisso com a sociedade, como todos aqui fizeram quando foram pedir voto. Nós temos compromisso e lealdade acima de tudo, e um diploma outorgado que nenhum Governador nos deu, quem nos deu foi a sociedade. Suplente ou não, estou como Deputado até hoje, não sei amanhã, porque o amanhã provará a verdade, do amanhã só quem sabe é Deus. Vai virar bagunça a Tribuna Popular na Assembleia, Deputado, pois vai antecipar o sistema eleitoral político. Quando aprovar a PEC da Tribuna Popular, só vai quem vocês quiserem? Não. Esta Casa é unânime, tem primeiro o Tribuna Popular, Projeto que deu entrada nesta Casa pelo Deputado Mecias, e já está tramitando. Nós temos que ter coragem. Na Sessão da Assembleia Legislativa do Amazonas, que eu participei, fiquei feliz por ver todos os representantes de sindicatos da Polícia Militar discursando por 30 minutos, e os Deputados lá assistindo e até aplaudindo, às vezes. E por que não pode ser feito aqui? E, conseqüentemente, não tenho dúvidas que o Deputado George, o Deputado Xingu, o Deputado Ivo Som, a Deputada Aurelina e outros Deputados, mesmo sendo da base do Governo e sendo fiéis a esta base, procederão do mesmo jeito que vocês, que fazem oposição com responsabilidade. Nós também temos que ter coragem. Será que só oito Assembleias podem votar? Temos 26 Estados, mais o Distrito Federal. E por que nós não podemos seguir o exemplo? Eu não tenho dúvidas que essa será uma nova transformação. Esse vai ser um marco na presidência do Deputado Chico Guerra. Muitos falam que há um marco nesta presidência, mas o marco maior é trabalhar com dignidade e com responsabilidade, sem medo de falar o que quiser para a sociedade. Isso, o Presidente Chico Guerra faz. Muitos o veem quietinho, às vezes ele fala e ninguém entende nada, mas só quem entende o seu pensamento é ele e Deus. Eu garanto que no pensamento dele nunca passou um pingão de maldade. Se quisermos transformar a política, nós transformamos. Eu fiquei preocupado esses dias com o Presidente Guerra, até porque, antes de ser Deputado, eu sou amigo dele. Hoje, nós estamos Deputados. Eu fui Deputado de 2006 até 2010, assim como outros que passaram por aqui. Amanhã, posso não ser mais. Na eleição do ano que vem muitos dos que estão aqui podem ser eleitos, bem como muitos podem não ser. Eu fiquei revoltado ao ver um Juiz zangado nesta Casa, dizendo, até que ponto pode chegar uma Assembleia que foi reformada, porque os dois elevadores estavam quebrados. Ele disse que isso era uma vergonha! Eu entendo que o Presidente, às vezes, quer fazer tudo, mas nem sempre consegue, porque ele tem muitas responsabilidades.

Eu queria encerrar o meu discurso sem ser atacado por ninguém, pois o problema não é só meu. Ontem, nos corredores deste Poder, eu vi mais ou menos 15 a 19 funcionários, todos revoltados, dizendo que os Deputados não estão preocupados com eles. Eu tenho certeza que as providências estão sendo tomadas. Isso desgasta a pessoa do Deputado Chico Guerra, porque ele é o Presidente. Ninguém culpa o Ivo Som, ou qualquer Deputado, culpa o Presidente. E, eu fico ofendido porque sei que há alguém que, às vezes, torce para as coisas darem erradas, para que o Deputado Chico Guerra tenha que pagar a conta. E, isso não é justo. Certa vez esta Casa teve que suspender a Sessão, e jogaram a culpa no Presidente, que teve que provar que houve um problema técnico. Então, me dói quando eu vejo alguém dizer que o presidente não resolve porque não quer. Não é porque o Senhor não quer, não, Presidente, é que, às vezes, usa o bom senso para não prejudicar ninguém e acaba se prejudicando. O melhor amigo não é aquele que só dá um tapinha nas costas, mas aquele que fala na cara a verdade.

Eu quero agradecer, Senhor Presidente, e pedir para darmos mais seriedade a esta PEC do voto aberto. Eu não tenho dúvidas que o nono Estado a aprovar o voto aberto e a tribuna popular vai ser o Estado de Roraima. Estou feliz por estar representando a sociedade junto com vocês mais uma vez. Que Deus os ilumine. Um bom-dia a todos e até a próxima, se Deus quiser. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Erci de Moraes - Senhoras e Senhores Deputados, Presidente da Casa, funcionários, imprensa e esta seleta assistência que nos prestigia no dia de hoje. Estamos retomando os trabalhos parlamentares, saindo de um recesso, o qual, se dependesse de minha vontade, já teria sido extinto há muito tempo. Mas, como quando se vive em um Parlamento, temos que respeitar a vontade dos colegas, entendi que não era o momento. Retirei a proposição que tinha, mas continuo entendendo que é preciso nos ajustarmos aos novos tempos. Quando entramos em recesso, o Brasil estava

sendo sacudido pelas manifestações de rua, colocando em polvorosa a classe política. Desde a Presidente da República, passando pelo Congresso, o recado foi chegando e continua chegando. Nem mesmo a realização do grande evento que foi a Jornada Mundial da Juventude, com a presença do Papa Francisco, foi capaz de desviar a atenção da população no sentido de se posicionar e se manifestar. Então, eu queria apelar, seria o termo, aos colegas que façamos, mais uma vez, o pedido que sempre temos feito aqui, uma reflexão sobre a nossa postura pessoal dentro deste Parlamento, na condição de representantes da sociedade. A voz do povo é a voz de Deus. Que cada um possa, tendo como foco a situação em que vivemos hoje, cumprir o seu papel, se voltando e se ocupando das grandes questões que afligem o nosso Estado. E que as questões pessoais e pontuais sejam deixadas de lado, pelo menos momentaneamente, porque quando encerramos o recesso, a situação interna deste Poder, na minha opinião, enfrentava problemas. Vive-se, não podemos fugir, meu Presidente, de um certo impasse entre o Poder executivo e o Poder Legislativo, e vice-versa. Não estamos conseguindo nos sintonizar de modo a atender os reclames da sociedade. E o caminho, no meu entendimento, é um só, bom senso e diálogo, muito diálogo. Nós teremos, nos próximos dias, certamente, que travar embates nesta Casa para tentar dar respostas ao que aí está sendo colocado. E, é nesse sentido que eu quero reiterar, mais uma vez, um apelo para que cada colega faça uma análise da sua conduta enquanto parlamentar nesta Casa, sobre como vem agindo, como deve agir, e conclua que nós fomos eleitos para representar a sociedade. Então, são os interesses dessa sociedade que devem prevalecer sobre os meus e sobre os de meus colegas. Os tempos são outros, e tentando fazer uma pequena analogia, o evento da Jornada Mundial da Juventude, com a participação do Papa Francisco, veio trazer um alento novo, não só aos seguidores da igreja católica, mas aos cristãos de um modo geral que, realmente, professam a fé. A juventude mostrou-se receptiva à presença do sumo pontífice que, com a sua simplicidade, conseguiu captar a confiança não só da juventude que o prestigiou, mas de toda a sociedade brasileira. E esse fato tem desdobramentos, com certeza. Não só desdobramentos na área estritamente religiosa, mas no que diz respeito à postura dos novos cidadãos que são jovens e os cidadãos brasileiros de um modo em geral. Então, meus amigos e minhas amigas, eu penso que nós temos ainda todos, cerca de um ano e meio de mandato e que, é preciso darmos o melhor de nossos esforços no sentido de fazermos com que esta Casa cumpra a sua parte. Cumpra, agindo de modo a fazer com que o nosso Estado de Roraima não venha a ser prejudicado com isso, porque se nós formos olhar mais internamente, quando eu me referi no início ao impasse, entendo que vivíamos e não sei se superamos ainda, entre os dois poderes, não é algo que diga respeito a coisa simples, o que está em jogo, na verdade, é o futuro econômico do nosso Estado. Se todos nós concordamos, se isso é de conhecimento público, que o Estado precisa exercitar a sua vocação para fortalecer a sua economia, para gerar mais recursos, mais empregos, mais desenvolvimento, é preciso que a gente transija em alguns pontos de vista, às vezes pontuais e pessoais. Há quantos meses o processo de regularização de nossas terras está, por assim dizer, engessado, paralisado? Não quero aqui apontar culpados, porque talvez não seja um, sejam muitos e, passa por nós, enquanto parlamentares, dar a nossa contribuição nesse sentido.

Se existe dificuldades, arrestas, é no parlamento que se discute, que se chega a um entendimento, por mínimo que seja, por não permitirmos que as coisas aconteçam de forma que a sociedade seja penalizada por atos de nosso interesse pessoal.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som - Quero parabenizá-lo pelo homem que é, pelo conhecimento que tem, seja ele sobre a agricultura, a produção. O Senhor veio da EMBRAPA, foi vice-Governador, por várias vezes, Secretário. Deputado, essa sua preocupação é muito pertinente. Como Vossa Excelência fala, as causas pessoais podem ser tratadas de forma diferente. Se forem causas políticas, eu me incluo nelas, que sejam resolvidas sem atrapalhar o Estado, sem penalizar o pequeno, ou o grande produtor. Estava vendo uma entrevista na televisão sobre esse problema que o Senhor acabou de colocar. Está na mídia nacional: "Roraima, mais um gargalo. Agora, alguns políticos interferem na funcionalidade do Estado, atrapalhando a classe produtiva". Isso é ruim, porque quem perde não é o Secretário "a" ou "b", mas a população como um todo. Como bem disse o Senhor uma vez: "Deputado Ivo, temos que acabar com as arrestas políticas, mas acima de tudo, cumprir com o nosso papel e atender o que for anseio da sociedade.". E, é isso que temos feito aqui. Por isso que cito várias vezes o seu nome na tribuna, pela experiência que tem. Então junto-me a Vossa Excelência em tudo que possa ser feito, assino em branco, junto meu raciocínio ao seu, mostrando que Roraima está acima de qualquer picuinha política, de cargo, de intriga, de sentimento de revolta. Então, que tudo possa ser esquecido e possamos levar à frente a nossa contribuição. E, qualquer que seja o Secretário, que veja Roraima no caminho certo, no caminho do desenvolvimento, deixando Roraima crescer, fluir por meio da produção, que era o grande sonho do saudoso Brigadeiro Ottomar de Souza Pinto.

Parabéns a Vossa Excelência pelo conhecimento que o Senhor

tem, e por dizer que Roraima precisa trabalhar, continuar.

O Senhor Deputado Erci de Moraes continua. – Obrigado, Deputado, pelas suas colocações. Prosseguindo, Senhor Presidente, entendo que nós devemos priorizar os projetos, as proposições, a agenda deste Poder e fazer debates e reuniões tantas quantos forem possíveis, até a exaustão, para tentarmos encaminhar de uma forma equilibrada e serena o processo de decisão desta Casa, mostrando à sociedade que somos capazes de entender os anseios dos nossos eleitores e do nosso povo.

Também quero dizer que esse é o último mandato que quero cumprir como Deputado, por entender que tudo na vida tem sucessão, e a idade cobra. É a vez da geração que está sucedendo, o momento é dos jovens e nós devemos mostrar que somos capazes de entender esse processo como decorrente da própria vida. Mas, enquanto aqui permanecer, quero continuar sendo bombeiro, tentando contribuir para que haja o entendimento dentro desta Casa entre situação e oposição, independentemente de grupamento que seja, para que possamos dar exemplo, como já tivemos a oportunidade de fazer isso tantas vezes, exemplos que mostram que somos capazes de redirecionar nossa posição e agir mais em benefício do coletivo. E, não nos enganemos, porque nem a passagem do Papa Francisco foi capaz de desviar a atenção da população. Repito, as manifestações continuarão a recrudescer, se as vozes das ruas não forem ouvidas. Aqui, no nosso Estado de Roraima, eu diria que as manifestações foram até tímidas. Em algumas, ainda não conseguiram se mobilizar convenientemente, mas não subestimemos a sociedade, ela se organiza a cada dia e se nós não atentarmos a isso, certamente seremos acionados e cobrados. Não vamos brincar com a sociedade.

Então, vamos fazer um esforço fora do comum para superar as divergências internas, os pontos de vista às vezes equivocados e vamos trabalhar pelo coletivo, por aquilo que interessa, dando exemplo que podemos ajudar a construir uma sociedade que nos orgulhe, para que nossos descendentes, nossos filhos, netos, enfim, se beneficiem dela. MUITÍSSIMO obrigado.

O Senhor Presidente Chicão da Silveira – Não havendo mais nenhum Orador inscrito para o Grande Expediente, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a CCJ possa emitir parecer ao Projeto de Decreto Legislativo nº 017/13.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Dou por reaberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Projeto de Decreto Legislativo nº 017/13, bem como do Parecer da Comissão.

O Senhor Primeiro Secretário Coronel Chagas - Lido o Projeto de Decreto Legislativo e o Parecer da Comissão.

A Senhora Presidente Aurelina Medeiros – Não havendo nenhum dos Senhores Deputados que queira discutir a matéria, considerando que a matéria acabou de ser discutida na Comissão e teve a unanimidade dos votos, com a presença de 15 Deputados, a votação será simbólica. Os Deputados concordaram com o Projeto da comenda ao 6º BEC, conforme a unanimidade do pensamento de todos. Então, considerando que todos os Deputados acolheram o aviso de votação simbólica, dou por aprovado o presente projeto por unanimidade dos votos.

Não havendo mais matéria para Ordem do Dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

Não havendo nenhum Deputado que queira usar o Expediente e, não havendo mais nada a tratar, encerro a presente Sessão.

Estiveram presentes os Senhores Deputados: Ângela A. Portella, Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Flamarion Portela, Gabriel Picanço, George Melo, Ivo Som, Jânio Xingú, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria e Soldado Sampaio.

Aprovada Ata Sucinta em: 06/08/2013

**ATA DA 2224ª SESSÃO EM 07 DE AGOSTO DE 2013.  
46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA**

**ORDINÁRIA**

**PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO CORONEL CHAGAS.  
(em exercício)**

Às nove horas do dia oito de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima vigésima quarta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) –

Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declaro aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

O Senhor Segundo Secretário, Deputado (Remídio Monai) - (Lida a Ata).

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica, os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, o Expediente consta do seguinte:

**RECEBIDOS DO PODER EXECUTIVO.**

Ofício nº 065013, de 05/08/13, restituindo a Mensagem Governamental nº 037/2013, para apreciação do nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

Mensagem Governamental nº 037/13, de 08/07/13, submetendo à apreciação o nome do senhor Antônio Leocádio Vasconcelos Filho, indicado para exercer o cargo de Presidente do Instituto de Terras e Colonização de Roraima – ITERAIMA.

Mensagem Governamental nº 042/13, de 05/08/13, submetendo à apreciação o nome do senhor Rodolfo Pereira, indicado para exercer o cargo de Presidente da Fundação Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos de Roraima-FEMARH/RR.

Mensagem Governamental nº 041/13, de 05/08/13, submetendo à apreciação o nome da senhora Rosirayna Maria Rodrigues Remor, indicada para exercer o cargo de Diretora-Presidente da Agência de Defesa Agropecuária de Roraima- ADERR.

**EXTERNOS:**

Ofício Circular nº 003/13, informando que o Senhor Waney Raimundo Vieira Filho, através do Decreto nº1601-P, de 31/07/13, foi Nomeado Secretário de Estado da Justiça e da Cidadania no Estado de Roraima – SEJUC/RR.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Jalser Renier) – Senhor Presidente, era o que constava do expediente.

O Senhor Presidente, Deputado (Coronel Chagas) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos Oradores para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário, Deputado (Jalser Renier) – procede à chamada.

O Senhor Deputado Jânio Xingu – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, funcionários, a imprensa aqui presente. Ocupo a Tribuna para comentar especificamente sobre a Polícia Civil, mas como meu nome consta na matéria da Folha de Boa Vista, até porque a Assembleia Legislativa está perdendo o sentido de existir, ela está deixando de existir. Se eu hoje pegar uma pessoa, todo Deputado aqui tem isso, e trouxe à Assembleia e disse faça um ofício para o Presidente da Assembleia que Deputado A, B, eu não quero nessa comissão. Meu irmão, aí, o Poder Legislativo tinha que fechar as portas, porque não precisava existir. Eu acredito em Vossa Excelência, na sua gestão, sou seu companheiro, seu amigo, mas os fatos foram distorcidos. Eu não pedi para estar nessa comissão, foi Vossa Excelência quem me colocou e hoje, para minha surpresa, eu recebo um telefonema de Brasília do Deputado Luciano chateado com essa matéria, dizendo: “Deputado Xingu, eu e Romero Jucá trabalhamos mais de 5 anos para incluir no quadro da União os funcionários do ex-Território e agora tem uma matéria dizendo que Senador A e Deputado A dizendo que vão resolver”. Eu acho que isso já foi longe demais, eu vou convocar uma reunião com o Romero em Roraima com todos os servidores do ex-Território e vou levar gravado que essa matéria ainda não foi aprovada na Câmara dos Deputados porque o PT é contra. Essa é a realidade dos fatos, o PT se posicionou contra a PEC 111 que beneficia mais de 5 mil pais de famílias que irão para o quadro da União. Quando não acham nada para falar do Deputado Xingu, eles têm que achar alguma coisa, ou eu estou grande demais na política ou eu não sei o que está acontecendo. Acho que estou grande demais porque estão falando muito de mim, na política não se fala de alguém que não tenha

importância. Eu não acredito que nenhum dos 24 Deputados que compõem este Poder pode ficar contra uma coisa tão maravilhosa como a PEC 111. Não acredito que alguém neste Estado possa ser contra uma PEC que irá beneficiar as famílias deste Estado. Eu não sou diferente, pelo contrário, quero ajudar, sei das minhas limitações. Deputado Estadual nesse processo nem atrapalha e nem ajuda, isso é uma loucura, as pessoas perderam o sentido da vida de fazer política.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Jalsler Renier – Eu acho que não existe dentro desta Casa nenhum Deputado menor ou maior do que o outro, porque todos que estão aqui foram escolhidos pela vontade popular. Um segmento de uma sociedade que tem uma opinião formada por um ou outro parlamentar, nenhum cidadão pode tolher o direito do Parlamentar em exercer o seu papel, Vossa Excelência tem legitimidade para participar dessa comissão, foi escolhido pelo Presidente desta Casa, foi autorizado pelo Poder Legislativo, eu repudio qualquer que seja atitude de qualquer segmento de combater aquele ou aquela Deputada por uma iniciativa pessoal de tolher o direito de participar de uma comissão. Vossa Excelência tem minha solidariedade porque a Assembleia Legislativa é um Poder democrático, Vossa Excelência exerce sua função com dever e se o trabalho de Vossa Excelência está certo ou não quem vai dizer é povo nas eleições do ano que vem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Mecias de Jesus – Ao entrar na Casa fui surpreendido por Vossa Excelência dizendo “por que fizeram isso comigo? Tomei conhecimento agora por Vossa Excelência, não pedi em nenhum momento para o presidente ou qualquer membro da Mesa desta ou de qualquer outra comissão. Eu respeito as decisões das comissões, quando a presidência indica através da liderança, é o líder do nosso partido quem indica quem vai fazer parte de alguma comissão. O fato, como Vossa Excelência disse, que alguém teria dito que alguém queria, eu porque o meu filho é Deputado ou queria o Flamarion porque a Ângela é Senadora. Independente de eu estar ou não nessa comissão, o Deputado Federal Jhonatan de Jesus já votou favorável à PEC 111, se empenhou nela e está trabalhando para aprovação. Não é o fato de eu estar na comissão que vai fazer que ele se empenhe mais, ou não. A competência e a determinação dele para votar é pelo trabalho e compromisso que ele tem com o povo de Roraima. Ele sabe que esta PEC, sendo aprovada, trará enormes benefícios ao Estado de Roraima e, em especial, às pessoas que serão enquadradas, da mesma forma o Deputado Flamarion. A Senadora Ângela, embora o Deputado Luciano tenha dito à Vossa Excelência que o PT votou contra, ele quer nesse caso incitar para dizer que o PT e a senadora Ângela são contra. A Senadora Ângela é favorável à emenda, independente da vontade do PT. O fato do líder do PT ter votado contra não significa que a Senadora seja, também, se é essa a intenção do Deputado Luciano, aliás, ele quer ser o pai de todas as matérias, tudo que se passa no Estado de Roraima, ele quer ser o dono exclusivo, quando na realidade ele não é, não é ele o único Deputado Federal de Roraima, todos os outros Deputados Federais de Roraima votaram favoráveis e todos se empenharam. Ele não é o dono da PEC, não é nem o autor da PEC, mas também agradecemos a ele pelo fato de estar lutando, que é a obrigação dele e de todos os demais Deputados Federais de Roraima. Quanto ao nome de Vossa Excelência na Comissão, disse muito bem o Deputado Jalsler. Vossa Excelência foi designado pelo Presidente da Casa, não cabe a ninguém discutir, cabe ao Presidente e a Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua – Concordo que o Deputado Jhonatan de Jesus votou, mas temos que reconhecer a luta do Deputado Luciano e do Senador Romero Jucá exclusivamente nessa matéria, é preciso reconhecer que, quando se trata de Brasília, existe dois parlamentares aqui no Estado, e isso quem diz são os fatos, não são os jornais, o Senador Romero e o Deputado Luciano são homens de envergadura muito forte em Brasília, jamais a PEC 111 seria aprovada sem a intervenção dos dois.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Em primeiro lugar, meu caro colega, gostaria de me solidarizar com Vossa Excelência em relação à sua participação na comissão. A Mesa Diretora tem tido um certo cuidado e com certeza não vai haver retrocesso nenhum, porque alguém pediu ou deixou de pedir a saída de qualquer Parlamentar, e até eu tenho certeza que Vossa Excelência tem compromissos com todos os segmentos da sociedade. Eu queria relatar um fato. Na semana passada em conversa com a senadora Ângela, que manifestou-se muito chateada, constrangida porque ela, apesar de fazer parte do PT, que é o partido que está no Poder, encontra resistências internas. Isso, infelizmente, é uma decisão do colegiado.

Mas, eu tenho certeza que todos os parlamentares do Estado, sem exceção, são favoráveis à PEC. O que, às vezes, a gente estranha é porque tenta-se dar uma conotação, estou fazendo isso e você não está fazendo; o Senador está lutando pela PEC assim como se você for pegar a assinatura do Senador Mozarildo, com certeza ele será favorável à PEC. Não creio que algum Parlamentar esteja contrário à PEC, mas tenta-se nas entrelinhas dos discursos de alguns, impingir que a Senadora Ângela é do PT e ela não quer a aprovação da PEC 111, seria até tolice se ela pensasse dessa maneira, pelo contrário, ela disse que está trabalhando em nível de ministério, como também deve estar o Senador Romero Jucá, o Deputado Luciano. Essa comissão foi criada, nós não temos poder nenhum, a não ser ir lá pedir a todos os Deputados de todos os Estados para que sejam favoráveis. E até está sendo cometida uma injustiça com o Estado de Roraima e com o Estado do Amapá. Essa PEC é de autoria de uma Deputada do Estado do Amapá, que vem tramitando há muito tempo e já deveria ter sido resolvido pelo Governo Federal. A resistência por parte do Ministério do Planejamento, porque diz que vai aumentar a folha de pagamento, mas é um direito do Estado, e eu tenho certeza que todos são favoráveis a essa PEC.

Aparte concedido ao Senhor Presidente Chico Guerra – Ontem, fui procurado pelo Deputado Ivo Som que pediu que eu recebesse os cabeças desse movimento da PEC. Para minha surpresa, eles tinham dois pedidos na pauta: primeiro, seria retirar Vossa Excelência da comissão. Eu tinha acabado de convidar Vossa Excelência. Então, eu disse a eles que isso aconteceria só se Vossa Excelência quisesse sair. E o outro assunto era para marcarmos uma audiência com o Senador Romero Jucá, para que eles pudessem também pedir ao senador que apoiasse a causa deles. Então, o que ocorreu ontem na presidência não foi nada mais do que isso. Um pedido para tirar Vossa Excelência, quando eu deixei bem claro que só se Vossa Excelência quisesse sair. Portanto, eu não sei por que fizeram toda essa onda. Não tinha necessidade disso, uma vez que não ocorreu o que sai na imprensa.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Deputado Jânio Xingu, primeiro, eu não tinha conhecimento dessa matéria. Eu quero me solidarizar com Vossa Excelência, como o Deputado Jalsler falou: nós somos todos iguais. Fomos eleitos por um segmento do povo de Roraima, dentro de um percentual na eleição proporcional. Em segundo lugar, quem cobrou e fez um aparte ao discurso do Deputado Mecias, ontem, e quem falou sobre a indicação do Deputado Mecias e a indicação do Deputado Flamarion fui eu. Eu entendo que ao filho de um Deputado estadual, é lógico, seria mais fácil abrir as portas para trabalhar. Já está trabalhando para isso. Mas, a pressão de um pai num filho é muito mais forte do que um tio com um sobrinho. A pressão de um esposo é muito mais forte do que a sua pressão numa senadora. Eu estou falando em pressão política. Seria importante o Deputado Remídio fazer parte. Fui eu que puxei esse debate ontem, em aparte ao Deputado Mecias. O Deputado Remídio faz parte do PR, partindo do Ministro Alfredo Nascimento, que é presidente da Municipal aqui, que poderia e pode fazer uma pressão na bancada do PR, para que nos apoie nessa jornada. Então, quem abriu esse debate, quem puxou esse assunto, ontem, em aparte ao discurso do Deputado Mecias, fui eu. E acho que a comissão está bem estruturada, porque dá para se trabalhar. Inclusive, falei que o Deputado Mecias, ex-presidente do parlamento amazônico. O contato que ele tem com todas as bancadas da Amazônia, seria uma força de pressão, junto aos seus parlamentares, que está no Congresso Nacional para apoiar a nossa reivindicação. Não é justo que venha aqui a bancada da Amazônia pedir apoio para prorrogação da Zona Franca de Manaus, se eles não vestirem a camisa da gente, quando nós temos um assunto importante em pauta. Que a gente envolva a bancada do Amazonas, o líder do Governo, que é o ex-governador do Amazonas, Eduardo Braga, cuja bancada esteve aqui com a SUFRAMA. Vossa Excelência estava aqui na reunião, eles, pedindo apoio de Roraima, para a prorrogação dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus. Mas, eu não vi sair nenhum apoio do Amazonas e do líder do Governo, do PMDB. O Senador Eduardo Braga defendeu uma causa do Amapá e de Roraima. Portanto, se nós temos o dever e não a obrigação de apoiar a prorrogação da Zona Franca de Manaus, eles têm a obrigação de apoiar um projeto desses, de interesse social do Estado de Roraima.

Eu quero agradecer o aparte que Vossa Excelência me concedeu e quero me solidarizar com Vossa Excelência sobre esse tema.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. - Obrigado, Deputado Joaquim. Dizem que Deus escreve certo por linhas tortas. Foi bom esse fato ter acontecido, porque quem estiver mentindo lá em Brasília, agora vai ter que mostrar a cara. O Deputado Luciano me

disse via telefone: “Deputado Xingu, eu quero que Vossa Excelência fique nessa comissão e seja do nosso grupo”. E eu sou o pai dessa criança, também o Senador Jucá, e nós vamos reunir todo mundo em Roraima para esclarecer os fatos. Já foi aprovado em primeiro turno com mais de 300 votos. E quem estava nos bastidores trabalhando era eu e Romero. Eu já li a matéria, agora eles vão saber quem está mentindo e quem está falando a verdade. Então, há males que vêm para o bem. O povo vai sair ganhando nessa história, e em relação a ela, agora todo mundo vai ter que sair do armário.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som – Obrigado, Deputado Xingu. Quero somente reforçar as palavras do Presidente Chico Guerra. Quando fui acionado pelo Josias Licata e o Sindicato dos ex-policiais civis do ex-território de Roraima, solicitei da presidência e do meu presidente Chico Guerra, lá já se encontravam os professores da UERR, acompanhei o término da reunião da UERR, quando fui pego de surpresa também. E um dos pedidos na hora foi que teria que ser retirado o nome de Vossa Excelência, desta Comissão. O Deputado Mecias falou com propriedade. Em nenhum minuto aqui foi forçada a barra para que alguém entrasse na comissão, até porque a comissão, segundo o presidente, já estava formada. Mas antes disso, a matéria que está no jornal, foi da entrevista com toda a imprensa concedida por todos os associados ao lado direito. Quero reforçar as palavras do presidente, quando ele foi indagado sobre a retirada de seu nome, ele foi enfático e verdadeiro, ao dizer que tinha um Deputado Federal nas comissões, que, depois de instaurada a comissão, ele ficou. Queriam tirá-lo, mas ele não renunciou. E cabe apenas ao parlamentar, através de ofício, retirar seu nome. Questionaram a presença do Senhor Deputado Xingu, e eu falei: “o Xingu é parceiro”. Então me disseram que o senhor estava atrapalhando o serviço. Quando eu perguntei quem disse isso, eles ficaram calados. O Presidente disse que só dependeria de vossa pessoa. Então, eu quero parabenizá-lo, pelo Deputado que Vossa Excelência é. Eu tenho convicção que Vossa Excelência tem feito e fará um bom trabalho nesta comissão. Parabéns!

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. – Deputado Ivo Som, quem tem medo da guerra não conquista territórios. Eu sou um homem de posição firme. Se alguém achar que eu vou trair o Senador Romero Jucá, também vou trair o Luciano Castro e o Governador, está enganado. Eu estou com eles. É público! Eu nunca escondi isso. Eu não sou homem de esconder. Agora, eu só quero dizer que eu não vou sair. E nós vamos trabalhar.

Agora, Deputada Aurelina, eu não sou burro. A campanha está se avizinando. É política! São cinco mil servidores que vão para o quadro da União. Todo mundo quer ser o pai desse negócio. Estão querendo me tirar porque certamente eu vou defender a ideia de que é o Jucá e o Luciano. E coloca fulano que vai defender sicrano. Se pensaram nisso, deram com os burros n’água.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, eu sei que já passou o tempo. Eu não ia me manifestar, mas quando começou esse movimento, era mentira do Senador Jucá e do Deputado Luciano. Eles estavam querendo enganar o povo. Todo mundo dizia que estão enganando, estão mentindo. Isso nunca vai acontecer. Tem essa história recente. Eles eram uns mentirosos porque começaram esse movimento. Eu não quero desmerecer nenhum Deputado Federal, todos são importantes nesse processo. Mas, a gente não pode negar a história de luta desses parlamentares ao longo do tempo. Eu acredito que todos querem, devem e vão votar a favor da PEC. Quando começou, eles eram mentirosos, agora, que está chegando ao fim, não tem mais nada a ver com isso. Todo mundo acha um pai bonito para essa criança. Mas, o que me assusta são as ingerências em torno daquilo que é essência do dia a dia do parlamento, porque se tornou comum nesta Casa, comissões sem os Deputados conhecerem. Quem for participa. Matérias na ordem do dia sem se tomar conhecimento. Isso me assusta. Porque isso faz parte daquilo que os Deputados dizem que a Casa pode avaliar. Então, queria dizer que me solidarizo com você. Eu acho que as comissões têm que ser formadas, mas a Assembleia precisa ver que este é um parlamento onde 24 Deputados fazem parte. Aqui tem um regimento, um código de ética. Aqui tem uma rotina de funcionamento que diz respeito a 24 Deputados. Infelizmente, talvez o que esteja acontecendo com Vossa Excelência seja fruto da própria fragilidade do Poder Legislativo. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Jânio Xingu continua. – Obrigado, Deputada Aurelina. Eu quero encerrar esse esclarecimento, agradecendo ao Deputado Chico Guerra e a todos os meus colegas Deputados pelas manifestações, a eles farei o que eu puder com relação a isso aí. É

como eu disse há pouco, o Deputado Estadual nem atrapalha e nem ajuda. O que a gente pode fazer é ir atrás do Deputado Luciano e do Senador Romero, aos quais eu tenho acesso. Eu fico muito feliz pela consideração que me foi manifestada pelo Senador Romero e o Deputado Luciano, que me ligou dizendo que havia acabado de ligar para o presidente da Associação, com a observação: “não se meta nisso, o Xingu é meu amigo e ele fica na comissão, e a minha relação na comissão vai ser diretamente com ele”. Quero agradecer ao Senador Romero Jucá e ao Deputado Luciano Castro pela consideração. Muito obrigado!

O Senhor Soldado Sampaio – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, cidadãos presentes nesta Sessão, bom-dia. Bom-dia também aos servidores desta Casa, que fazem com que essas Sessões aconteçam de maneira tranquila naquilo que for programado. Bom-dia a todos os trabalhadores da imprensa. Senhor Presidente, venho mais uma vez a esta Tribuna, já estive aqui ontem, manifestando mais uma vez minha preocupação com relação à questão das terras em Roraima, nas ampliações dos parques, nas reservas legais, que a cada dia diminuem as áreas de produção do nosso Estado. Mas, Deputado Mecias, Presidente da Comissão de Terras, além das denúncias, que são de conhecimento popular e das autoridades, do que está acontecendo no ITERAIMA, que se transformou em um balcão de venda de terras. Isso é fato, estamos aqui afirmando, inclusive, se for o caso, e alguém se sentir prejudicado, a gente abre até mão da imunidade parlamentar para afirmar nossas acusações que fizeram do ITERAIMA um verdadeiro balcão de negócios. Nós estamos juntando N denúncias, fomos para mídia, tem outra situação tão grave, quanto esse fato vergonhoso que fizeram com as terras do Estado de Roraima por meio do ITERAIMA. Deputado Chico Guerra, estive recentemente visitando a Comunidade do PA Caju, Região do Bonfim, é uma fazenda nada mais nada menos que 21 mil hectares de terras, no nome de Joares Arantes. Esse cidadão é da Força Aérea, chegou em Roraima na década de 40, colocou quatro torres numa área e a tituló, e se apossou dessa área. Constatamos, pelos documentos que nós temos, que esse cidadão tem 104 anos de idade, esse cidadão tem essa área de terras improdutivas, onde não produz nada. Consegui uma documentação junto ao INCRA da década de 50, e hoje tem a posse dessas terras. Várias pessoas buscaram, de acordo com o processo, ocupar essas terras, e começaram a produzir. E ele começou ingressar com a ação judicial para retirar essas pessoas através do seu procurador. E está instalada essa briga na justiça. O Juiz Federal Helder Girão deu ganho de causa às pessoas que moram lá, por entender que as terras não atingiam seu fim social. Portanto, reconheceu e não lhe deu direito nem à indenização de nada no processo, ao qual se juntasse algo que provasse para ter direito pelo menos à indenização, como não tinha nada feito na terra, simplesmente as deu às pessoas que moram lá, hoje são mais de 250 famílias naquela região, enfrentando todas as dificuldades. Não se pode levar energia porque está sub judicé, não pode ter escola, estrada, mesmo assim, tanto o INCRA e ITERAIMA realizaram levantamento social e constataram que aqueles moradores enfrentam todas as dificuldades do mundo. Eles nos procuram, então fui conhecer a associação, são três entidades que representam essas pessoas. Trata-se de uma área muito extensa, cujos moradores estão ingressando na justiça, onde já deram ganho de causa para uma associação, enquanto outras duas, o INCRA, infelizmente, estabeleceu um acordo com o fazendeiro, através do seu procurador, dizendo que parte daquelas terras foram destinadas à área de assentamento, e as demais ficariam com o procurador do Senhor Joares. Esse procurador nada mais nada menos, está vendendo as terras, estão aqui os recibos, inclusive, para seus parentes, além disso as pessoas estão sendo ameaçadas, dizendo ao líder da associação que vai tirá-lo a força. O Senhor Bezerra, que mora no Km 54, já registrou ocorrência na delegacia, relatando o fato no Ministério Público, ingressou na justiça pedindo direito às terras. Ele fez questão de tirar fotos da produção de abacaxi, do galpão da associação em reunião com a comunidade. Então, me preocupa a situação dessas terras em Roraima, qual a sua finalidade? Quem está por trás disso? Até então a gente achava, assim como a comunidade dos Sonhos e Mucajá, Cojumbi, e outras regiões em conflitos de fazendeiros, grileiros com o pequeno agricultor que a seis quilômetros do Mucajá existem duas fazendas ocupadas pelos sem terras, e que o dono antigo, deve dois milhões para o BASA, sumiu, e agora está ingressando na justiça pedindo as terras de voltas, daquelas pessoas. No Cojumbi não é diferente. Agora, analisando essa situação, conclui-se que essa luta é mais uma do pequeno agricultor contra os grileiros. Recentemente, Deputado Ionilson, uma equipe da Petrobrás,

do Ministério das Minas e Energia foi a essa região, onde fez uma perfuração com a profundidade de sessenta e cinco metros jorrou petróleo. Aí apareceu a turma do abafa, que cercou, monitorou por satélite essa perfuração. Acredito que tem alguém com muito interesse por essa região, dá para entender o porquê do interesse, da luta, desse grupo político de grileiros não querer abrir mão dessas terras. Mas, a explicação é porque aqui tem petróleo no subsolo. Tramita um Projeto de Lei no Congresso que irá permitir a mineração em terras indígenas, já existe uma empresa interessada, para ser mais específico, é uma empresa ligada ao Senador Romero Jucá. Tramita também um Projeto de Lei que diz que nas terras onde encontrarem petróleo no subsolo, o dono da terra terá participação nesses recursos. Então, pedi à entidade que formalizasse um documento, já conversei com o Deputado Mecias, Presidente da Comissão de Terras, de irmos juntos e abraçarmos esta causa, vai ser uma luta do David contra Golias, e não é pelos vinte e dois mil hectares de lavrado não, porque o pequeno agricultor consegue fazer com que o lavrado produza. Estão aqui as fotos das famílias assentadas, sobrevivendo do lavrado. Portanto, não é simplesmente pelos vinte e dois mil hectares de lavrado, é algo mais, e aí, se nós não sairmos em defesa daquelas pessoas, quem vai? Estou aqui pedindo ajuda, porque percebi o tamanho da luta, e não quero enfrentá-la sozinho, não quero fugir, não quero deixar aquelas pessoas abandonadas. Então, por isso solicito a Vossa Excelência, aos membros da Comissão de Terras, a esta Casa, atenção especial à comunidade do PA-Caju, são duzentas e cinquenta famílias que estão tentando produzir.

O Senhor Deputado George Melo – Deputado Soldado Sampaio, gostaria de contribuir com sua discussão e colocar que antigamente, em Roraima, as pessoas, o Jair e todos aqueles fazendeiros antigos, tinham terras nessa proporção, mais de dez mil hectares, era muito comum. Então, até mesmo agora, a família do Dr. Helder, consultor jurídico da Assembleia, teve problema com o ITERAIMA, porque tinha mais de dez mil hectares de terras. Então, é muito comum esses produtores antigos terem muita terra. Deveríamos fazer um estudo mais profundo, porque do jeito que existem os maus fazendeiros, também existem maus produtores. É preciso ter o cuidado para não instituir a grilagem, todo mundo quer produzir, mas acho que temos que separar os bons produtores que são bem intencionados, temos que proteger os fazendeiros e temos que dar segurança para quem investe. E, sem dúvida nenhuma, este Parlamento vai ter sabedoria de separar o joio do trigo, ajudar o ITERAIMA e o INCRA a fazer esse trabalho. Mas não são todos esses modelos, existem outras situações que precisam ser estudadas com profundidade. Segundo a realidade local, os produtores sempre tiveram muita terra, e não podemos agora penalizar todos eles, tirando determinada quantidade de terra dele para dar a quem não tem, só porque ele tem muita terra. Não temos o direito de dizer para um fazendeiro com mais terra para que dê um pedaço de terra para alguém que tem menos.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Fui o primeiro a vir nesta Tribuna condenar qualquer tipo de invasão por parte de aproveitadores, inclusive, tem denúncias minhas no Ministério Público, quer dizer, produtor é uma coisa, grileiro é grileiro. Agora, se a terra está atingindo seu fim social que é produzir, só temos que aplaudir, Roraima precisa de desenvolvimento, geração de emprego e renda e agricultura, é o caminho para o desenvolvimento. Por isso, apoio tanto o pequeno quanto o grande produtor, desde que faça a terra produzir.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Confesso a Vossa Excelência que é preciso ter mais informações sobre essas questões: o INCRA tinha dado anteriormente a posse para esse produtor de forma regular ou de forma irregular? Se o INCRA não deu, quem deu esses vinte e poucos mil hectares? Foi o ITERAIMA ou o INCRA? Com certeza, ele não vai ganhar, porque deve ter identificado que seria um grilo, um grilo não, um gafanhoto. É porque vinte e poucos mil hectares não é mais grilagem. Então, essa questão tem que ser muito bem estudada e, graças a Deus, que a justiça federal tem conhecimento disso, e vai ser justamente ela e o Ministério Público Federal que vão proteger esses pequenos produtores, que vão reconhecer posse mansa e pacífica de quem tiver, vai reconhecer a produtividade de quem tiver produzindo, vai reconhecer que não haja litígio entre confinantes em que as terras não estejam judicializadas. Então, graças a Deus essas coisas já estão sendo cuidadas pela justiça federal. E tem mais, a regularização fundiária neste Estado, do jeito que as coisas estão hoje, só vai prestar e só vai entrar no eixo depois que a polícia federal terminar de auditar e colocar na cadeia quem tem que ser preso, aí, sim, o ITERAIMA vai valer, vai servir, a regularização

fundiária vai ser uma coisa feita de acordo com a legislação e de acordo com aquilo que preconiza o ordenamento jurídico do nosso País e do nosso Estado. Pois, enquanto não houver essa depuração, vamos ficar falando isso e aquilo em clima de suspeição no Estado todo, inclusive, a maior preocupação da Assembleia Legislativa é que haja um retrocesso nesse processo todo, e digo sem medo de errar, por incompetência do Estado, por negligência do Estado

que estas coisas estão acontecendo. Por incompetência do governo, por negligência do Governo que não fez as coisas como deveria ter feito com a devida seriedade.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua – Deputado Ionilson, a coisa é tão grave que esse camarada está faturando nada mais nada menos que um milhão de reais por essas terras. Tenho aqui os recibos de compra e venda, que não são feitos em Roraima, são feitos nos cartórios no Sul do País. Qual a finalidade dessas terras? Infelizmente, é isso que está acontecendo no nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Ângela Portela – Obrigada, Deputado, gostaria de acrescentar um detalhe à sua fala que considero bastante importante. Quando as pessoas naquela decisão já desrespeitosa e injustamente foram consideradas desintrusados da área indígena Raposa/Serra do sol, boa parte dessas pessoas foram assentadas nesse mesmo espaço ao qual o senhor se refere, e que hoje está judicializado. Detalhe, tem dez anos que essas pessoas estão lá sem ter área delimitada, trouxeram o gado e alguns plantam, o gado vai e come porque não tem cerca, eles nem podem construir porque não foi definida a área de cada um, quer dizer, é uma injustiça que começou lá e perdura até hoje. Então, por mais que esteja acontecendo todo esse desmando, ainda, acho que esta situação em relação às pessoas que saíram perdendo tudo, onde investiram uma vida de luta, e o mais importante nessa situação é resolver esta questão dos desintrusados, termo usado juridicamente que repudiamos. O fato é esse. Obrigada

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Obrigada, Deputada Ângela, as pessoas da Raposa/Serra do Sol, não estão em condições de assentados, mas como ocupantes, estão tentando produzir, conversei com algumas pessoas que eram da Raposa/Serra do Sol e continua na mesma instabilidade que estavam antes na Raposa/Serra do Sol, pessoas que querem produzir, gerar renda, gerar emprego em nosso Estado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros - A questão da Fazenda Caju se arrasta mais ou menos depois que as terras passaram para o Estado. A Fazenda Caju não tem 20 mil hectares, adquirida por aquele povo, tem título definido numa área de quatrocentos e poucos hectares, o certo que de título adquirido por eles talvez chegue a 1900 a 2000 hectares, o restante era posse, eles cercaram a frente daquela área toda que dava em torno de 18 a 20 mil hectares, onde nunca produziram nada. Antes da transferência, o INCRA criou em uma parte daquela área o projeto “Renascer”, onde foram assentados produtores desintrusados da Raposa/Serra do Sol. Participei algumas vezes de reunião com grupos de assentamentos, tem ali o Ceará que comanda um grupo de pessoas que começaram entrar ali e fizeram projetos de assentamentos, reconhecidos pelo Estado. O próprio camarada que é procurador, é parente desse senhor. Conversei algumas vezes com ele, ingressou na justiça com uma ação, teve apoio dos Prefeitos do Bonfim, várias vezes estivemos em reunião, a justiça do Bonfim que foi em primeira instância a entrar, deixou que os produtores permanecessem ali, porque é uma área de grilagem, não tem título definitivo, não tem ocupação produtiva. Essa questão se arrasta na justiça até hoje. A luta deles é reconhecida por todos. Agora, quem está na justiça brigando para permanecer é o bendito empresário que não teve sucesso em nenhuma das ações que ele entrou.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. É complexo, a Fazenda Caju, cuja área, eles expandiram, chegando em torno de 20 mil hectares, realmente tem parte do assentamento pelo Projeto Renascer, está funcionando, concordo com Vossa Excelência, assim como grande, tem o pequeno que não merece o crédito, que se aproveita. Agora, cabe a nós, enquanto fiscalizadores, poder público, fazer a nossa parte, saber quem quer produzir, separar o joio do trigo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Erci de Moraes – Deputado Sampaio, quero cumprimentá-lo pela sua iniciativa e adicionar o seguinte: sabidamente duas coisas levam o homem até a delinquência e até mesmo a cometer assassinatos, ouro e terra; primeiro lugar para ouro e segundo para terra. Onde houver partilhas de terras sempre vamos encontrar ambição desmedida, falta de honestidade no homem, tentando driblar e cometer delitos de irregularidades e transgressão de lei. Precisamos ver com urgência, quero endossar o que disse o Deputado Ionilson, acrescentando que o

desgoverno ao qual ele se referiu, já vem de muito tempo, porque nunca deram uma prioridade para regularização fundiária do Estado, por isso nós chegamos a essa situação. Então, acho que a Assembleia deve eleger prioridades: uma delas é tentar contribuir com o atual governo no sentido de colocarmos no ITERAIMA um gestor com credibilidade pública, com condições necessárias para desenvolver o trabalho, não adianta colocar o melhor gestor que tiver, se não lhe der os meios e instrumentos para que possa realizar esse trabalho com transparência, informando a quem de direito, sobre seus atos para que a sociedade tenha conhecimento. Obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio continua. Quero registrar em poucas palavras, após a transferência das terras, o INCRA nunca cedeu documento para esse grileiro, logo após as terras passarem para o Estado, aquela gleba já pertence ao Estado para administrá-la. O grileiro começou a vender as terras; no dia 10 de janeiro de 2010, vendeu 2400 hectares por 120 mil; no dia 10 de janeiro de 2009, vendeu mais 2.497 hectares por 114 mil; 09 de dezembro, vendeu 2.300 hectares, por 85,000 mil; no dia 08 de zembro de 2009, vendeu 1300 hectares por 114 mil reais; tem outra venda de 100 mil reais, outra de 114 mil reais, ou seja, o que nós preocupa, temos recebido vários documentos, várias denúncias que esse tipo de comercialização tinha e tem o aval do ITERAIMA, ou dá para o fazendeiro, grileiro, ou reconhece as pessoas como proprietários que estão ocupando aquelas terras. É nesse sentido que estamos preocupados, fizeram do ITERAIMA um balcão de negócio, preocupados com essa sondagem de petróleo segundo as pessoas que moram lá, ouve força de estranho por trás, é que venho recorrer aos Senhores parlamentares, em especial a Comissão de Terras para acompanharmos esta questão de perto, porque senão mais uma vez será uma injustiça no nosso Estado, poucos com muitas terras e muitos sem nada. Obrigado.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, amigos, amigas, em especial, imprensa de forma geral. Senhor Presidente, se fala tanto em terra, mas vai findar se enterrando. Há poucos dias, se ouviu falar nas demarcações das terras do Estado de Roraima. Ontem, assistindo ao programa da Globo, “Aspas”, e Ponto Certo da Band News, ambos deram destaques à situação das terras, e Roraima foi o alvo mais citado, inclusive, na Folha de São Paulo, G1, todos falaram sobre Roraima. Eu participei no mandato passado, justamente, da questão da apuração das reservas indígenas de Roraima. Junto com a Deputada Aurelina, dentre outros Deputados e o que mais se falava é que o Paulo Cesar, o Chico tinham muitas terras, e começaram as demarcações na época do Governo do PT, que se passou no Governo do PSDB e outros Governos, como Sarney, Itamar Franco. Por que o PT escolheu Roraima? Além da questão de terras, há riquezas em minério, ouro, cassiterita, inclusive, com imagem de Roraima, o Monte Roraima. Esta semana, a Record vai reprisar uma matéria sobre questões de demarcação do Brasil. Mas, resumindo tudo isso, só se deu em muitas: FUNAI e União terão que pagar quinhentos mil reais a servidores por danos morais em Roraima. Após, as grandes demarcações que assolaram o Brasil, precisamente Roraima, por estar no extremo Norte do Brasil, foi destaque na mídia nacional, onde até arrozeiro foi preso. Mas, coincidentemente se esqueceram do tempo, pois as ações continuaram e os grandes caciques de Roraima que tanto queriam defender a sociedade roraimense, por fim, não se deram conta que o Ministério do Trabalho Federal e a Procuradoria Federal, mesmo pertencendo a indicações do PT, condenaram o próprio PT a pagar indenizações milionárias. Esta é apenas uma das primeiras, porque rolam nos tribunais federais mais de 1.800 ações referente a questões de terras de Roraima. Em outra matéria a Folha de São Paulo destaca: “Após as demarcações, vejamos a situação dos indígenas de Roraima! Servidores da FUNAI dormem ao ar livre, coberto por lonas, bebendo água do rio, sem tratamento, cozinhando alimentos em fogueira, passando por muitas humilhações”. A Primeira Vara do Trabalho em Boa Vista, classificou a situação como precária e mandou todo trâmite para a Justiça Federal. De acordo com a ação civil pública, a FUNAI não tem alojamento em todas as suas bases de trabalho por todo o Estado de Roraima e, às vezes, os índios se encontram no SESAI. Através de visita, o Ministério Público do Trabalho constatou muitas irregularidades, chegaram a visitar até mesmo a capital de Boa Vista, onde índios se prostituem. O Tribunal de Justiça Federal e a AGU pediram maiores investigações. E, acima de tudo, a Primeira Vara do Trabalho, considera uma situação incompatível as pessoas viverem sem alojamentos, não terem cozinha, fazendo fogo no meio do mato, podendo causar incêndios em florestas. Enfim, esses funcionários estão à mercê da sorte. Foi isso que ocasionou estas grandes multas, e a União pediu que os órgãos de fiscalização federal se unam porque há muito o que fazer pelos indígenas que estão abandonados em Roraima.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio -

Deputado, parabênizo por trazer esse assunto à tona. Li essa matéria ontem, na Folha de São Paulo de segunda-feira. Eu estava preparando, inclusive, o pronunciamento sobre esse tema que Vossa Excelência apresentou oportunamente, até de forma antecipada ao que eu iria fazer.

Eu sou servidor da FUNASA, Deputado Ivo, conheço in loco a realidade dos servidores que são mandados para as áreas indígenas em transportes, por vezes, precários; servidores que ficam nas suas bases, quando as têm. Mas, em certas malocas não têm base nenhuma, eles ficam alojados, às vezes, na casa do tuxaua, de algum indígena que é solidário com essas equipes de saúde, que ficam lá prestando serviços, como médicos, enfermeiros, técnicos de enfermagem. Enfim, sem estrutura nenhuma, em condições insalubres, não tem banheiro pra tomar banho, não tem onde cozinhar. A situação é ainda mais grave para as equipes de saúde que trabalham na área Yanomami, pois, por vezes, as aeronaves que os deixam lá, me parece que trabalham quinze dias e folgam quinze, então, essa mesma aeronave não vai buscá-los, e ficam dias esperando. Essa questão vem se arrastando ao longo do tempo. A ação do Ministério Público do Trabalho foi contra a FUNAI que merece ser multada, porque, além de não cuidar adequadamente dos povos indígenas, também não oferece condições de trabalho para os profissionais que querem trabalhar nessas áreas. Eu acredito que foi uma medida dura da justiça, para ver se a FUNAI se adequa, porque a maioria trabalha em condições desumanas. Eu mesmo, como cirurgião dentista daquele órgão, já fui atender em condições totalmente precárias, para não deixar muitos indígenas desassistidos, nós nos submetíamos a fazer aqueles atendimentos em condições inadequadas. Então, espero que com essa medida da Justiça Federal contra a FUNAI, se concretize porque não é somente no Estado de Roraima que isso acontece e sim em todo Estado que tenha população indígena, Amazonas, Amapá, Mato Grosso. Então, eu acho que a partir de agora, pode ser que o Governo Federal, enfim, abra os olhos e veja que precisa oferecer condição favorável para os trabalhadores para que ele possam dar outra condição às populações indígenas. Portanto, Vossa Excelência está de parabéns pelo pronunciamento.

O Senhor Deputado Ivo Som continua- Eu peço à taquígrafia que inclua o aparte do eminente Deputado Ionilson. Concedo um aparte ao eminente Deputado George Melo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado George Melo – Deputado Ivo, quero lhe parabenizar pela sua avaliação com relação à questão. Quero somar mais um aspecto, a grande maioria dessas pessoas que atuaram nas áreas indígenas contraíram uma doença chamada oncocercose, transmitida pelo mosquito. Essa doença leva esses funcionários ao envelhecimento precoce, causa cegueira, causa diabetes, causa inúmeros transtornos. Isso ainda vai ter desdobramentos com transtornos, muitas pessoas que estão nessa área enfrentam esse problema, e logo isso vai explodir.

O Senhor Deputado Ivo Som continua - É a falta de compromisso do Governo do PT que vem assolando, vem atropelando, o desenvolvimento de Roraima. Quinhentos mil reais foi a primeira multa das mil e oitocentas que ainda virão para a FUNAI, porque os indígenas estão jogados à Mercê das condições sub-humanas.

Ontem, procurado por alguns desintrusados, marcamos uma reunião para o próximo sábado, às 15h, na associação do Pintolândia. Muitos estão cheios de documentos, receberam a sua indenização e agora estão à mercê da sorte. A FUNAI naquela época dizia que queriam transformar, revolucionar as terras dos índios. E está aí a transformação da FUNAI, só multa que ela pega e deixa os índios abandonados, vivendo em condições desumanas. Nós vamos defender independentemente da cor da pele do cidadão, após essa reunião vou pedir uma audiência pública em atenção aos desintrusados e aos indígenas por melhores condições de sobrevivência. Muito obrigado!

O Senhor Deputado Marcelo Natanael – Senhoras e Senhores Deputados, bom-dia. Bom-dia, amigos presentes no Plenário. Vou deixar o tema inicial para o final do meu discurso. Apenas mudei o foco do meu discurso por causa das discussões em relação às terras. Deputado Xingu, meu nobre colega, disse que Vossa Excelência estaria no meu discurso, e realmente vai estar, porque achei interessante destacar a frase que Vossa Excelência colocou no seu discurso, e concordo com ela: “quem tem medo da guerra não conquista território”. E se tem alguém que, tenho certeza, não tem medo da guerra é o governador Anchieta junto com a primeira dama do Estado, junto com uma outra corja que tem aqui, porque eles estão conquistando muito território, inclusive, no ITERAIMA, mas a oposição vai trabalhar junto com esta Casa para que eles não conquistem mais tanto território assim não, porque assim não é conquistar, é tomar dos outros. Em 2011, era vice-líder do Governo quando citei aqui sobre a CPI das terras o Deputado Guerra disse que devido àquelas denúncias nós deveríamos tomar alguma atitude e instalar a CPI das Terras. Quando saí daqui da Assembleia, recebi tanta ligação de

gente do Governo me chamando de louco, dizendo que eu, como vice-líder do governo, estava propondo a instalação da CPI das Terras! Quando assumi aquele papel, me comprometi agir corretamente. Apresentei uma denúncia junto com fotos que mostrei aqui no Plenário, de um terreno em frente da Marina Rio Branco, onde tinha uma placa de área institucional do ITERAIMA. Hoje, um empresário, que é ligado ao governador, tem um filho que é sub-secretário de saúde, Jan Wilt, murou aquele terreno, mas a placa de área institucional do ITERAIMA, ainda, está lá dentro do terreno. Não é nem área institucional do Governo, é do ITERAIMA. Tenho as fotos da placa, conforme já disse aqui, temos que tomar uma atitude. Em 2011, também, colhi quinze assinaturas de Deputados para mudarmos, o Deputado Sampaio falou aqui em 2010 que a titularização era de 2.400 hectares e a outra era de 2.497, sabem por quê? Porque tem uma Lei Estadual que diz que até 2.500 hectares, as terras podem ser regularizadas no ITERAIMA, acima disso, tem que passar pelo Poder Legislativo. E a minha PEC, Deputado George, era para que todas as terras acima de 1.000 hectares, para regularizá-las teria que passar por aqui. Então, todo mundo que adquiriu terras, para fazer a jogadinha lá no ITERAIMA, colocou 1.200, 1.300 hectares para não passar pelo crivo da Assembleia, cada Deputado, que está aqui, conhece vicinal, conhece os Municípios, os moradores, os produtores que realmente produzem neste Estado. Então, acho que a Assembleia tem o dever de tomar uma atitude, porque senão os órgãos federais, como o Ministério Público Federal está pedindo a anulação da titularização da terra, inclusive, já se fala no cancelamento e anulação do repasse das terras, mas nós temos o poder de não deixar isso acontecer e vamos trabalhar para isso. Quero citar também no meu discurso o posicionamento do meu ex-colega de oposição, Deputado Ionilson Sampaio, pelo seu posicionamento em relação ao discurso apresentado hoje. Meu assunto inicial era somente para parabenizar a Chapa Nº 1 do CRM, na pessoa do Dr. Wirlande e em nome de todos os médicos colegas nossos, que venceu mais uma vez a eleição no Conselho Regional de Medicina. Ressalto o posicionamento do Dr. Wirlande que, apesar de ser suplente do Senador Romero Jucá, na hora de suas decisões, na hora de defender a classe dos médicos, manteve seu posicionamento firme. Enfim, gostaria de parabenizar de forma irônica o Governador Anchieta, que comprova, mais uma vez, quando ele mete a mão, o candidato perde, ele se intrometeu na eleição do CRM, tentou fazer de tudo e sofreu mais uma derrota. Este é mais um aviso para 2014, se você não tivesse apoiado a Chapa Nº 2 talvez o resultado da eleição do CRM também teria sido diferente. Portanto, parabenizo a classe dos médicos, desejando boa-sorte a eles, e aconselho o governador a refletir sobre suas decisões, ao invés de se preocupar em resolver o problema do Estado, fica fazendo reunião com a equipe para pedir para todos irem às ruas defender o nome dele, pois estão falando muito mal dele. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – O propósito que me traz à tribuna no dia de hoje, é abordar um tema já debatido sobre o ITERAIMA. A minha posição é sempre defender a propriedade daqueles que têm direito. Hoje, cedo fui surpreendido por matéria veiculada na folha de Boa Vista, referente ao Presidente interino que seria sabatinado na próxima terça-feira. A Comissão para sabatiná-lo seria uma outra, e não a que foi formada anteriormente, sobre a qual, questioneei o Presidente da Casa que me garantiu que a informação do Jornal Folha de Boa Vista está equivocada, pois continuaria com a mesma formação, exceto se algum Deputado não quisesse fazer parte. Mas eu, na condição de Presidente, quero continuar presidindo a Comissão e sabatar o Senhor Leocádio, quero inclusive antecipar as minhas condições de voto, se possível votar, como Presidente, ou ter que dar o voto de minerva, o meu voto vai ser claro. Quero negociar o meu voto com o Presidente Leocádio, mas há quem diga que o voto dos Deputados é negociado às escuras, mas eu quero negociar o meu voto às claras. Informo com antecipação aqui o meu voto e o meu apoio para o Leocádio, que ele seja empossado de maneira definitiva na pasta, quero só que ele me responda 3 perguntas: Quero saber os nomes de quem vendeu as terras públicas do nosso Estado, por quanto foi vendida e a quem, e a responsabilidade se passa para a Polícia Federal ou para outros órgãos competentes que têm a atribuição de algar o bandidos que praticaram a ação de uma maneira ilícita e covarde. Esta é a minha única condição, seja ele qual for o Presidente, mas quero deixar claro aqui! Semana passada, o Governador retirou a mensagem por não haver clima para o Senhor Leocádio ser Presidente do ITERAIMA, esta semana enviou uma nova mensagem. O que aconteceu? O que foi que houve que na semana passada para não ter clima para passar, não teria que ser o Leocádio, e esta semana já entendeu que deve ser Leocádio o Presidente do ITERAIMA? Essa é a confusão que existe na mente do Governador e que tira a força moral do nosso Estado, as consequências são danosas, o povo fica perplexo, o povo fica indagando o porquê das decisões tão abruptas. Em um momento a pessoa

pode ser o Presidente, e em outro não. Há alguns dias, o Senhor Rodolfo Pereira foi reprovado nesta Casa para Presidir a ADERR, é um técnico competente, mas a base do Governo disse que não, não aceitou, mas já o nomeou para a FEMAH. Será que o Doutor Rodolfo não estava preparado para a ADERR, mas está para a FEMAH? Conversei agora com a Doutora Roserayna e o Luiz da FETAC, nós precisamos de técnicos que tenham competência e vontade de trabalhar, independente do lado partidário. Na ADERR tem o selo artesanal que há meses aguarda ser regulamentado, porém não consegue, prejudicando mais de 40 mil famílias que precisam da regulamentação dessa feira. Esses dias eu comprei doce de banana em Campos Novos fabricado no Ceará, enquanto lá se produz tanta banana.

Quero fazer um apelo à classe política do nosso Estado, um apelo verdadeiro, e não de tribuna, vamos nos unir, mesmo que seja temporariamente, vamos fazer uma coalizão política, mesmo que temporariamente, como disse o Deputado Xingú, as campanhas estão se aproximando, mas não vejo dessa forma, acho que está é distante. Mas, vamos tentar resolver a questão do ITERAIMA, que é crucial. A Deputada Aurelina foi Secretária de Agricultura, conhece as vicinais e seus problemas. O Deputado Gabriel Picanço que é do São Luiz do Anauá conhece os problemas das vicinais de lá, seus moradores precisam ter acesso a créditos. O Doutor Ercei que é pesquisador da EMBRAPA, tem a Deputada Ângela, cujos pais são produtores, o Deputado Ionilson é fazendeiro, da mesma forma o nosso Presidente, enfim, todos têm uma ligação de alguma forma com a terra. E em todos os nossos pronunciamentos, falamos que a vocação do nosso Estado é agrária, que o setor produtivo precisa ser ajudado, que o homem do campo é quem tem o direito. Portanto, nós vamos trabalhar para o homem do campo se fortalecer, para em um segundo momento, nós possamos ter indústria, postos de trabalhos, onde o comércio comercialize produtos aqui industrializados, para que os recursos fiquem aqui e aqueçam a economia, para gerar os empregos necessários para atender 30 mil universitários que saem das faculdades sem ter mercado de trabalho para absorvê-los. Este é o discurso de toda a classe política do nosso Estado.

Vejam bem, se esse é o nosso discurso, se a necessidade crucial passa pelo direito à propriedade da terra, que compete ao Estado dar. A União fez a sua parte quando as transferiu, mesmo que seja de uma maneira não compensatória com as demarcações, mas nós temos 6 milhões de hectares, vamos repassar para quem é de direito. Faço um apelo à classe política, é notório, e eu já ouvi isso de Deputados da base de Governo, já ouvi de Secretário de Estado que o Governo não tem neste momento, condições morais de administrar o Instituto de Terras de Roraima. E em relação ao primeiro Secretário que foi colocado lá, o Deputado Sampaio acabou de falar que ele tem cheques comprovando que recebeu, por pagamento de milhares de hectares de terras, de pessoas que moram no Paraná. E esse secretário foi indicado pelo Governo. Colocou-se o segundo, esse segundo, estourou uma bomba tão grande mas foi abafada, só que está saindo aos poucos, e ele foi blindado, e agora é Deputado Federal. Foi obrigado o Poder Público intervir e dizer que querem providências, e as providências tomadas serão uma ação direta de inconstitucionalidade para com essa lei do Estado sobre a transferência de terra, ou se ajusta ou serão retomadas as terras. A ideia dada ao Governador foi de fazer um carimbo cancelando os títulos, mas o Governador também não tem poder para fazer isso não, não tem o poder de anular, se dentre esses 500 títulos ilegais, tiver um, de trabalhador que esteja certo, vai pagar por aquele bandido? Vai ser nulo igual os outros? Para que não ocorra isso tem que ser apurado um de cada vez! Tem que abrir processo e apurar todos esses títulos. E aí, aqueles que estiverem corretos, o título seria confirmado, os que não estiverem corretos seriam anulados, e as pessoas que deram essa titulação ilícita seriam penalizadas. Essa seria a posição correta do nosso Estado. Quero dizer que essa é a essência do meu pronunciamento. O Estado não tem recursos morais para isso! O Presidente que lá está, que é tido como o paladino da verdade, já não passou na primeira vez, foi retirado e já vai passar novamente, parece que passa. Aqui não tem acerto não, aqui nós temos que fazer o seguinte: Se a Assembleia Legislativa não quiser perder os recursos morais, como o Governador perdeu, tem que intervir no ITERAIMA. Vamos indicar um Presidente de consenso, não quero falar em nomes, mas eu estive conversando com um especialista em direito agrário que é procurador fazendário e funcionário da PROGE, por que não pode ser ele? E por que não formar a Comissão por mim requerida? E essa Comissão acompanharia com técnicos esses processos que estão para sair os títulos definitivos expedidos, vamos passar o ITERAIMA a limpo, com as mãos da Assembleia. Vamos perder a oportunidade de participar de algo crucial para o nosso Estado! Tem pessoas que compraram 10 mil hectares, se não tomarmos as providências vamos dizer os nomes dessas pessoas, os valores, temos a documentação que é um requisito para a abertura da CPI nesta Casa que vai ser proposta pelo nosso líder e pela bancada de oposição, Deputado

Sampaio. Não estou querendo fazer terrorismo, quero que as autoridades competentes tomem as providências. Mas, o poder público legislativo, no Estado é um poder que tem moral para fazer isso! Nós não podemos perder a oportunidade. As pessoas clamam nas ruas por uma atitude, então eu conclamo Vossas Excelências para, de forma urgente, fazer a coalizão política para resolver o problema do ITERAIMA. Tanto nós como a Polícia Federal, temos as procurações feitas em outros Estados, como Santa Catarina, São Paulo, Mato Grosso, lá eram pessoas aqui do Estado com calhamaço de títulos definitivos, vendendo as nossas terras, enquanto o produtor rural estava sofrendo sem estradas, sem linhas de crédito, sem qualquer apoio da classe política. E, aqui, coloco a minha mão à palmatória, porque um dos projetos como o do selo artesanal que beneficia cerca de 40 mil produtores, transformado em lei, e mais, ainda hoje não foi regulamentado. O Governo deixou passar porque não tinha como argui inconstitucionalidade, mas não regulamentou e, como consequência, o pequeno produtor sofre no campo. Quero saber, senhoras e senhores, como é que nós vamos, em 2014, pedir votos? Baseado em que, se até a terra que era votação não é mais do povo? Já serviu de moeda de troca.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ionilson Sampaio – Nessa linha de raciocínio, acho que todos nós comungamos. O ITERAIMA, FEMAH, ADERR, os órgãos que estão ligados à regularização fundiária, regularização ambiental, a produção, esses órgãos estão precisando de credibilidade. Os órgãos de controle de fiscalização, com certeza, querem um gesto do governo no sentido de resgatar a credibilidade desses órgãos que foi perdida. O próprio governo sabe disso. Então, é preciso resgatar essa credibilidade com atitudes, ações sérias e concretas, punir quem errou, exemplarmente. Se for servidor público, que seja aberto um processo administrativo disciplinar. Se for servidor de cargo comissionado, que se demita. É preciso que o governo entenda que esses órgãos ligados a essa questão, têm que ser despolitizados, meu caro Deputado, são órgãos que devem ter caráter técnico, onde não pode haver cabide de emprego, ali não pode ter influência política, o Governo tem que entender isso e fazer um concurso público, pois o Ministério Público Estadual, bem como, o Federal exigem, até para poderem dar validação nos títulos, pois a legislação exige que esse procedimento seja feito apenas e tão somente por agentes públicos concursados. Os títulos que o ITERAIMA emitiu, digo sem medo de errar, todos os títulos que o ITERAIMA emitiu até hoje são nulos. Primeiro, porque não cumpriu o que dizia o decreto, não foram feitos os destaques, então são nulos, porque se for exigir a certificação pelo INCRA e não foi feita, exigir a convalidação por agentes públicos, não foi feito. Então, eles são nulos, todos, sem exceção. É preciso que se corrija isso, daí, a importância do que você falou. Então, tem que ser auditado um a um, porque nesse meio não tem só título irregular, tem títulos de pessoas que os receberam de boa-fé, foram aos agentes financeiros e tiveram acesso ao crédito rural, a crédito de bancos oficiais, tomaram empréstimos com esses documentos que hoje, na minha análise, sub judice. Os títulos emitidos pelo ITERAIMA, no meu entendimento, todos os que foram emitidos são nulos. Muito obrigado, Deputado.

Aparte concedido à Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Acho que esse assunto merece tempo para o que a gente tem a falar. Mas, Deputado, eu fiquei tão surpresa quanto Vossa Excelência. Aqui se cria Comissão e se desmancha Comissão a bel-prazer ou interesse de cada um, até me assustei quando ouvi hoje. Na semana passada, eu e o líder do Governo tivemos conhecimento de uma Comissão que foi criada e uma sabatina marcada sem que os demais Deputados tivessem conhecimento, e já com data e hora certa para retirar a indicação do Governo e não aprovar. Aquilo me assustou, pois quando nós pedimos para retirar, nós estávamos também preocupados com o setor agrícola. Nós pedimos, sim, porque já era carta marcada nesta Casa, já era voto aberto para todo mundo por interesses, que a gente até desconhece, não sei o porquê. De repente, tem outra Comissão, também. Inclusive, o próprio líder do Governo e eu, como outros vários também, estamos todos nos perguntando se esse projeto já nos foi encaminhado de novo para Casa e, de repente, já está em outra Comissão com data marcada para sabatina. Essas coisas me preocupam, Deputados, quando Vossa Excelência pergunta: quero saber quem vendeu a quem e por quanto? Eu também. Só que não é o Presidente que está lá há uma semana, há um mês, eu não tenho aval para defender, quem vai dizer isso, é a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, que estão analisando todos os processos do ITERAIMA. E, com certeza, eles não vão ser coniventes com ninguém. Se tem alguém que sabe e pode investigar são esses órgãos de controle. Então, eles, mais que ninguém, tendo acesso a todas as informações, podem dar respostas ao

que Vossa Excelência está perguntando. Eu, também, quero saber, até porque tem o poder de anular título. Qualquer ente público pode rever seus atos, se estiverem errados, aí pode anular sim os títulos que fizeram. Estão todos nulos? Eu não diria isso, até porque não sei. O que me preocupa, também, Senhor Deputado, em dizer assim que a primeira pessoa indicada que foi para o ITERAIMA, era um servidor do INCRA, que há cem anos não regulariza a situação fundiária da agricultura familiar. O Luiz sabe, que o INCRA não emite títulos definitivos. Tem projetos de assentamento aqui do PA Anauá de 1975, que, até hoje, o projeto foi desmembrado em mais 16 para não regularizar a situação da agricultura familiar de lá. Então, o primeiro a ter preocupação, aí me vem à transferência das terras, aí tem que me validar, certificar, eu não sei. A convalidação de títulos foi criada pelas mentes brilhantes e com interesses escusos que estavam ali dentro. Não existe lei de transferência e convalidação de título. Não existe certificação. Ainda ontem o Deputado Mecias estava lendo aqui o Decreto, onde apenas mandam retirar os destaques das glebas, não tem que transferir de novo, e esses destaques seriam feitos pelo INCRA local. Então, é muito bom que a Assembleia esteja próxima aos órgãos de controle, porque não somos especialistas nem peritos em apuração de fatos, mas eles são. Então, acho que a gente tem que estar perto deles acompanhando, para que, realmente, possamos ter uma posição. Vou parar aqui, pelo seu tempo, para não criar aqui uma discussão maior.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhor Deputado, acrescentando ao seu pronunciamento, quero dizer que Roraima está perdendo a oportunidade de crescer, diante de todos esses desmandos existentes no ITERAIMA, com a protelação da indicação da sabatina do Doutor Leocádio, nesta Casa. Bem disse a Deputada Aurelina que neste Poder estão acontecendo algumas coisas estranhas. Aconteceu no orçamento de 2012 para 2013, votamos de um jeito e publicaram de outro. Aconteceu agora, como no caso do IPER, foi votado aqui e o Presidente não sabe disso, que ele mandou abrir sindicância. É alguém que está querendo mandar aqui mais do que deve. Somos 24 Deputados, acho que todos temos o mesmo direito, as coisas que acontecem neste Poder têm que ser compartilhadas com todos os Deputados. Espero que aconteça logo essa sabatina para documentar logo essas terras tão esperadas por todos nós. Se não for através da agricultura, Vossa Excelência sabe muito bem, infelizmente, nós vamos ficar patinando anos e anos sem perspectivas de crescimento, porque a vocação política de Roraima é agrícola, todos sabem.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Célio Wanderley – Aproveito este aparte para dar esse esclarecimento. A Comissão, conforme matéria de jornal, o candidato vai ser sabatinado na terça-feira. Acho que houve um equívoco por parte dos jornalistas, pois ontem quando o Jalsler convocou, foi para sabatar o candidato do DETRAN, na terça-feira a Comissão vai avaliar o Diretor do DETRAN, e não do ITERAIMA. Então, há um equívoco na matéria que o jornal publicou, pois essa Comissão vai analisar o Diretor do DETRAN. E, a colocação de quem fez a sugestão foi minha, dei a sugestão do carimbo para o Governador para anular, mas eu não disse para ele fazer isso sem antes fazer uma avaliação com os técnicos. Agora, em relação a todos aqueles títulos que forem suspeitos, a minha observação foi que se eu fosse o Governador eu anularia. E quem, se sentisse prejudicado que procurasse a Justiça. Na realidade, se existem esses títulos de forma irregular, bastava, para mim, que eles fossem suspeitos, porque eu teria uma equipe no ITERAIMA que verificaria in loco se o INCRA está lá ocupando a terra, se ele tem benfeitoria, pois se esse título fosse dado em cima de uma área que ele não tem benfeitoria, eu não teria dúvida nenhuma que eu o anularia, porque ele não estaria cumprindo as funções, não estaria de acordo com a lei de terras que nós aprovamos aqui. Então, todos aqueles títulos, após feito um levantamento, se constatassem suspeitas de irregularidade, eu os anularia. Para que, quem se sentisse prejudicado, com certeza, iria procurar seus direitos, e se tivesse razão, tenho certeza, que a justiça assim o faria. Não traria, mas daria ao órgão o sentido de responsabilidade, de forma que aquelas pessoas que estão lá, de boa-fé, e feito seus títulos, estariam protegidos. Hoje são todos considerados, estão todos no mesmo balaio como se fossem bandidos, que estivessem ocupando terras dos outros, enquanto, na realidade, há pessoas que foram lá, titularam as terras de boa-fé e têm suas benfeitorias, ocupam as áreas, tanto da agricultura familiar quanto as áreas maiores no Estado. Então, foi por isso que eu disse que eu faria o levantamento, e eu sugeri ao Governador que fizesse isso aí, entendeu? Não seria para anular todos os títulos indiscriminadamente não, mas sim após um levantamento para que não colocássemos pessoas de bem com aquelas

que não usaram de boa-fé em relação ao ITERAIMA.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado Célio, que a justiça seja feita, esse é o nosso desejo.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Soldado Sampaio – Deputado, quero me comprometer, como líder da oposição, e dizer que a indicação do seu nome já foi confirmada junto ao Secretário João de Carvalho para compor a comissão que sabatará o Secretário Leocádio. Vossa Excelência e o Deputado Mecias serão os indicados para compor a comissão. A oposição tem direito numa comissão de 05 membros, a duas vagas. Vossa Excelência está automaticamente indicado a compor juntamente com o Deputado Mecias.

Deputado Brito, junto ao Deputado Célio Wanderley, enquanto líder do governo, nós condicionamos o nosso apoio ao Secretário Leocádio, ontem em reunião da oposição, desde que o mesmo assuma o compromisso público, nesta Casa, na mídia que dará transparência na gestão do ITERAIMA e nós já estamos testando ele hoje, se essa é a vontade que ele tem anunciado. Acabamos de encaminhar um documento em cima da lei de transparência de informação, pedindo ao Secretário Leocádio todo processo de titulação feito em nome da Primeira Dama Shéridan. Temos mais de 200 procurações em mãos, Deputado Brito, do governo do Estado em fazer a devida apuração, ele pode, daqui para frente, fazer uma gestão transparente, enquanto para trás, ele não tem condições. Daí a necessidade de nós instalarmos a CPI, não para perseguir “a”, “b”, fazer palanque político, mas apurar, até para separar o joio do trigo. É que há pessoas que estão com seus títulos, pessoas que merecem de maneira legal, constituídas, já contraíram financiamento em bancos para investir nessa propriedade, podem ficar prejudicadas pela anulação geral.

Então, é caso a caso o que nós queremos apurar. Esta Casa não pode se omitir. Reafirmo mais uma vez, em nome da bancada de oposição, vosso nome para a comissão e dizer que nós estamos condicionando o nosso voto, o bloco ao apoio ao Secretário Leocádio, desde que ele se comprometa de maneira pública dizer para que veio e abrir a mala preta do ITERAIMA. Obrigado.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua. - Obrigado, Deputado.

Aparte concedido ao Senhor Deputado Ivo Som - Agradeço a tolerância da presidência da Mesa, mas vou ser prático, pensei muito antes de falar sobre esse assunto. Falei ao Doutor Erci, por várias vezes, que iria pensar muito em tomar uma decisão, pois às vezes pode ser até uma decepção.

O Senhor iniciou o seu pronunciamento, referindo-se ao acordo, negociação, que o governo não tem condições morais para assinar, são palavras suas, e nós podemos concordar ou não. Mas, sempre digo que a oposição tem que desempenhar o seu papel. O líder do governo disse que não se pode generalizar o nome bandido a todos. O Senhor acabou de dizer que os culpados devem ser punidos. Com certeza. Olha, o meu sogro é da família Santiago do Alto Alegre, vem desde o bisavô até hoje. Sou amigo do Márcio Junqueira, parceiro, mas até hoje a nossa família aguarda liberação da emissão do título, que, graças a Deus, foi o único dos poucos processos que a Polícia Federal, quando prendeu, devolveu porque vem de herança, já vem de irmãos, há anos que eles estão ali, nasceram ali. Peguntei há pouco ao Deputado Soldado Sampaio o que falta para a criação e formação da CPI da Terras. A gente falou em acordo, negociata, e entendendo que tudo que há no governo, como problemas, fraudes... Particularmente, eu acho que não é culpa do Governador, os responsáveis têm que ser punidos, mas quanto à documentação, o Soldado Sampaio falou há pouco, que está enviando documento para o ITERAIMA, cujo Secretário terá que dar todas as informações em nome da Primeira Dama Shéridan. Quero propor a Vossa Excelência, para começarmos a fazer o dever de casa. Na entrevista de ontem falou-se que mais de três milhões de reais foram desviados da Assembleia Legislativa de Roraima, em relação aos quais o juiz negou a penhora dos bens dos envolvidos, no entanto pediu uma nova apuração porque acharam poucos os desvios e vai continuar.

Nesse contexto, a Procuradoria-Geral da República e a Justiça local já estão apurando os fatos. Resumindo, quem vai dizer quem foram culpados não será o Senhor nem eu, e sim a justiça.

Então, gostaria de pedir à Vossa Excelência o apoio para que possamos acompanhar o desenrolar do grande gasto que houve aqui na Assembleia. Porque, na época, se não me engano, eram vários Deputados, inclusive eu, para apurar a construção na época e nesse contexto eu quero lhe parabenizar. Pois entendendo, se teu irmão mata, não sou eu que vou ser preso. Agora se alguém erra,

também, pode ser responsabilizado.

Então, se essa CPI vai andar ou não, se vai dar mais transparência, mas peço à presidência incluir o meu nome junto com o de Vossa Excelência nessa comissão, para apurar a situação das terras. Já participamos de todas as comissões e, se for o caso, nós iremos juntos com a situação, como bem disse aqui o líder do Governador: se estiverem errados é preciso punir os culpados. Quem errou tem que pagar.

Peço à presidência para eu fazer parte dessa comissão, já faço parte da PEC, vamos nos reunir daqui a pouco para começar o dever de casa e, se for preciso, para que tudo seja transparente, quem sabe não só uma CPI, mas dar transparência nos trabalhos desta Casa.

Fiquei preocupado quando a Deputada Aurelina disse que às vezes o nome da gente está numa comissão, no outro dia não está mais.

E para finalizar quero dizer que à presidência da Casa que tem o poder, determine que a presença dos Deputados não seja só no começo da sessão, mas assinada na entrada e na saída. É importante a presença de 22 Deputados desde o início da Sessão até o final pois se tiver alguma matéria para ser votada, haverá quorum.

Podem contar comigo, o Deputado Soldado Sampaio disse que vai pegar os documentos e vai apresentar claramente, pois ele fez muitas denúncias hoje, só uma pessoa vendeu mais de um milhão de terras, isso é sério. Ele informou que, após terminar a sessão, vamos nos reunir, quando mostrará de um por um os recibos. Isso com certeza é muito sério.

Diante disso quero me somar ao pronunciamento de Vossa Excelência.

O Senhor Deputado Brito Bezerra continua - Deputado Ivo, quanto às apurações, Vossa Excelência pede que eu também enfatize a questão dos desvios de recursos nesta Casa, Vossa Excelência falou sobre a legislação passada.

Senhoras e Senhores Deputados, a minha preocupação é tão somente com a questão do direito à propriedade daqueles que têm realmente o direito na sua amplitude, e nós, como Parlamentares, eleitos pelo povo, devemos ao povo deste Estado o compromisso de apurar esses fatos, de ajudar a elucidá-los com transparência, usando força política que nos foi concedida pelo povo do nosso Estado. Eu quero enfatizar que Vossa Excelência nunca vai ouvir eu dizer que sou fiel ao Parlamentar A ou B. A minha fidelidade são as minhas convicções colocadas na época da campanha política. Preocupa-me quando me diz que eu sou fiel ao parlamentar A ou B, ao bloco de oposição ou ao bloco de situação. Eu sou fiel às minhas convicções, enquanto mandato eu tiver, concedido pelo povo do nosso Estado, vou interceder por eles, vou colocar a minha força política partidária para defender o direito do nosso povo. Muito obrigado.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – Deputado Xingu, quanto à matéria jornalística, acredito que o jornalista se confundiu, porque aquela comissão é para tratar da sabatina do Presidente do DETRAN. Inclusive foi anunciado ontem aqui pelo Primeiro Secretário, ter informado às autoridades que vêm aqui para serem sabatinadas, que elas vêm para falar sobre o seu plano de metas da instituição que ele vai comandar, e quem tem o papel de investigar, apurar, se alguém cometeu ou deixou algum delito, é a polícia, que passa ao Ministério Público que oferece a denúncia e vai julgar se a pessoa estava errada ou não. Não podemos aqui condicionar voto ou deixar de condicionar voto no sentido de que a pessoa que vem para ser sabatinada tenha que trazer esse tipo de informação, e aí não estaremos cumprindo o nosso papel de Deputados, temos que ser responsáveis nesse sentido, sem fazer esse tipo de jogada para opinião pública, enfim, temos que ter responsabilidade. Não havendo mais orador inscrito para o Grande Expediente, vamos suspender a Sessão pelo tempo necessário para que a Comissão Especial Interna, criada nos termos da Resolução nº 27, possa analisar e emitir parecer à Proposta de Emenda à Constituição nº 03/13, que “Dá nova redação ao “Caput” do artigo 12-A e acresce os § 3º, 4º e 5º à Constituição do Estado de Roraima”.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Pede Questão de Ordem – Pergunto se tem ordem do dia.

O Senhor Presidente, Coronel Chagas – A pedido de vários Deputados tanto os da base, quanto da oposição, suspendo a Sessão para que, se for possível e houver entendimento quanto à discussão e deliberação no âmbito da Comissão Especial Interna, instalada para discutir a PEC, proposta ontem, teremos ordem do dia se houver quorum.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Pede pela Ordem – Acredito que se suspender a sessão para tratar de uma PEC, mesmo que ela seja de suma importância e haja boa vontade política, tanto da

oposição como da situação em tramitar em regime de urgência, essa comissão poderia se reunir na parte da tarde. Esse é o nosso posicionamento, mas estamos abertos a entendimento. Agora, solicito à Vossa Excelência conceder o horário de liderança ou direito de resposta. Vossa Excelência foi infeliz, no meu ponto de vista, quando colocou que tanto eu como o Deputado Brito estamos condicionando ou negociando nosso voto. Cabe, sim, à comissão de sabatina apurar, inclusive, a conduta ilibada da pessoa indicada para assumir cargo “a” ou “b” na administração pública.

O Senhor Presidente (Coronel Chagas) – Isso é questão de ordem, Deputado? Isso não é questão de ordem, é uma questão regimental, se Vossa Excelência quiser horário de liderança pode ser concedido de acordo com o Regimento.

Está suspensa a Sessão.

Reaberta Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por reaberta a Sessão, não havendo ordem do dia, passamos para o Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Amanhã, Deputado. Já estamos no Expediente de Explicações Pessoais.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Nosso posicionamento é franco e claro, não estamos aqui negociando nosso voto, como muitas vezes taxam a classe política de negociar voto às escondidas, estamos condicionando o nosso voto ao Secretário Leocádio para assumir o ITERAIMA com as seguintes condições: que o mesmo se comprometa de maneira pública a dar transparência às ações durante sua gestão no ITERAIMA. Digo isso, Senhora Presidente, porque nós temos inúmeros requerimentos, inclusive, o meu, aprovado em plenário, pedindo informações do Executivo, que continua desrespeitando esta Casa. Por exemplo, eu tenho um requerimento solicitando as rotas, as placas, os nomes de todas as empresas que ganharam licitação do transporte escolar, foi no início do ano, maio ou abril, se não me engano. Tenho vários requerimentos de anos anteriores que simplesmente o Executivo os ignora, inclusive, do próprio Secretário Leocádio à frente da pasta da saúde do Estado de Roraima.

Então, é a nossa preocupação e aí cabe à comissão de sabatina, discordando do Coronel Chagas, apurar se aquela pessoa tem condições, ética moral, também cabe a essa pessoa apresentar seu plano de gestão para a pasta que está assumindo. Nós queremos, como demonstramos, e temos boa vontade dar lisuras nesse processo que está passando o ITERAIMA, no entanto, é preciso que tenha condições de trabalhar, porque o que está acontecendo lá, me parece mais uma manobra para colocar tudo de baixo do tapete. O Senhor Leocádio está disposto a fazer isso? Está disposto a retirar os 90 cargos comissionados do ITERAIMA e fazer concurso público? São respostas que esperamos, para podermos assumir o compromisso com ele. Esse é o posicionamento enquanto oposição.

Então, Senhora Presidente, fica registrado o nosso posicionamento, estamos abertos, enquanto oposição, para conversar com qualquer Presidente de entidade que venha assumir, a oposição estará aberta para condicionar seu apoio ou não. Vamos assumir um posicionamento claro, votando favorável ou não a essa pessoa. Obrigada, Senhora Presidente.

O Senhor Deputado Ivo Som – Senhora Presidente, me causam estranheza as colocações do Deputado Soldado Sampaio, também não vejo situação de acordo com o Secretário. Não entendi isso da oposição querer fazer acordo, já deixou bem claro qual a situação dos acordos sobre a transparência das coisas. Agora, o que eu quero pedir mesmo é que, o mais rápido possível esta Casa, resolva a situação da sabatina do Diretor Presidente do DETRAN, com a Comissão, para que o Estado possa trabalhar dignamente. O Doutor Leocádio tem um grande currículo, quando se fala em Secretaria de Estado. Então, é preciso que se resolva essa situação de uma vez para que o ITERAIMA e seu corpo de funcionários, deixem a situação do Estado de Roraima resolvida definitivamente.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Presidente Aurelina, eu usei a Tribuna em nome do povo, pleiteando aqui a eficiência das minhas convicções, para que a transparência, publicidade do serviço público aconteça. Então, o Secretário que lá está, de posse das informações, ele tem sim que dar publicidade a todas essas informações com transparência. Então, se ele souber, e ele deve saber, pois aqui posso afirmar que ele sabe tudo que está ali acontecendo e também o que aconteceu. Ele tem por obrigação partir desse princípio. Não se

constrói uma casa com solidez, se ela não tiver uma base também sólida. Portanto isso tem que ser ponto.

E quero dizer ao Deputado Chagas que ele aqui é Deputado Estadual tanto quanto eu, aqui o Senhor não é Coronel, não, para falar daquela maneira comigo. Não aceito, Deputado, aquilo é uma maneira que Vossa Excelência, como Coronel, fala com sua tropa lá na Polícia Militar. Aqui dentro, Vossa Excelência me respeite, tanto quanto eu o respeito. Vossa Excelência procedeu de maneira excessivamente enérgica, cortando bruscamente a minha palavra na tribuna quando eu estava concluindo, depois em fazer aqui uso como Presidente, para dizer que nós estávamos aqui propondo coisas que eram da alçada do Deputado Estadual e jamais faria isso.

O Deputado Ivo Som também fala aqui que, não é negociar, é falar. Eu quero saber quem foi quem roubou, que vendeu as terras públicas, por quanto foi, isso é uma clareza, eu não quero negociar por debaixo dos panos, eu não preciso fazer isso, eu faço é às claras, meu irmão. Eu tenho independência política e eleitoral, assim, se eu merecer voltar para esta Casa, volto. Se não merecer, não volto. Quem vai dizer é o povo, e politicamente não estou amarrado com ninguém. Obrigado Vossa Excelência, obrigado Deputados.

O Senhor Deputado Coronel Chagas – Eu acho que não poderia ficar silente tendo em vista que, na verdade, o Deputado Brito está invertendo a situação, pois, além de eu não ter cortado a palavra, o tempo era de 12 minutos, o Deputado Brito falou por mais de 40 minutos porque assim o permiti, e os termos usados pelo Deputado estão gravados e se encontram no setor de taquigrafia. Ele emitiu sua opinião, e eu, como parlamentar, também emitia a minha. E ele continua a afirmar: nós Deputados temos o dever de fiscalizar. Mas, quanto a esse tipo de colocação que foi feita, eu tenho opinião contrária, não é dever de quem vem ser sabatinado dizer quem é culpado, pois não é ele quem faz apuração policial, quem faz isso é o órgão policial. Quem oferece a denúncia é o Ministério Público, se alguém tem alguma informação, com certeza vai ser revelado. Agora, o cara que acabou de assumir um órgão vai vir aqui dizer que fulano fez isso, fez aquilo, se nem o Ministério Público ainda ofereceu a denúncia. Então, nesse ponto, o meu entendimento é que vivemos em regime de Estado ainda democrático e de direito. Esta é a minha opinião, e se não posso fazê-lo, porque depois o Deputado vai fazer uma inversão às conversas, aí não estaremos mais vivendo numa democracia.

Então, essa é a minha posição e a mantenho, quem vem para cá vai prestar contas do que ele vai fazer durante o exercício à frente daquela pasta, e respeito a opinião de todos aqui dentro.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Eu vou usar o Expediente de Explicações Pessoais, por uma questão particular, e até reforçar, Deputado Chagas, que, mesmo que uma CPI seja criada pela Assembleia e, o que ela apurar, terá que encaminhar para os órgãos de controles que fazem a denúncia e prisão, pois não temos esse poder. Mas, também vou colocar uma questão pessoal que vem ocorrendo desde maio. O pessoal do Setor de Segurança Orgânica desta Casa acompanhou um fato que estava ocorrendo envolvendo a minha pessoa. Eu tenho que dizer isso, para que outros que se sintam lesados, também, nos procurem. Tem uma pessoa dando golpe por aí, dizendo que me conhece, referindo-se a algumas vagas de empregos para serem preenchidas num escritório meu no paraviana. E, os candidatos têm que ter determinados requisitos e documentação para obter essa vaga. E essa pessoa cobra das pessoas geralmente humildes, cento e trinta e cinco reais para arrumar a documentação para entregar no meu escritório. Então, as vítimas são pessoas carentes. Já identificamos pelo menos sete pessoas que caíram nesse golpe, e, já tem uma investigação em andamento desde maio pela Segurança Orgânica desta Casa. A pessoa já foi identificada e a encaminhamos, através de ofício, para que a polícia civil que continue as investigações e tome as providências cabíveis com relação a esse caso.

Não havendo Deputado que queira usar o expediente, e mais nada a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, convoco outra para o dia 08, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Ângela Á. Portella, Aurelina Medeiros, Brito Bezerra, Célio Wanderley, Chicão da Silveira, Chico Guerra, Coronel Chagas, Erci de Moraes, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Jaiser Renier, Jânio Xingú, Jean Frank, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Mecias de Jesus, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 08/08/13